

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

Ata da Sexta Reunião Plenária do XV Plenário do Conselho Federal de Psicologia, que ocorreu no dia seis de maio de dois mil e onze, na sede do Conselho, situada em Brasília – Distrito Federal. Os trabalhos iniciaram-se às quatorze horas e cinquenta e um minutos. A reunião foi composta pelo conselheiro presidente Humberto Cota Verona, pela conselheira vice-presidente Clara Goldman Ribemboim, pela conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, pela conselheira tesoureira Monalisa Nascimento dos Santos Barros e participaram os demais conselheiros do Conselho Federal de Psicologia, a saber: Aluízio Lopes de Brito, Ana Luiza Castro, Ana Paula Porto Noronha, Celso Francisco Tondin, Heloíza Helena Mendonça Massanaro, Maria Ermínia Ciliberti, Marilda Castelar, Marilene Proença Rebello de Souza, Roseli Goffman, Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo, Sandra Maria Francisco de Amorim e Tânia Suely Azevedo Brasileiro. A reunião foi presidida pelo conselheiro presidente Humberto Verona, que propos que na sexta a Reunião Plenária se estendesse até as vinte e duas horas e no sábado os conselheiros trabalhassem com a organização e a estruturação das áreas pelas quais são responsáveis. A conselheira tesoureira Monalisa Barros explicou que todo ano o Conselho Federal de Psicologia (CFP) precisa ter o orçamento aprovado na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF). A conselheira informou que, no entanto, ela ainda não conseguiu definir o centro de custos porque ainda não tem as atividades que serão desenvolvidas, sendo que a APAF ocorrerá dentro de quinze dias. Ela pediu que cada grupo de trabalho (GT) preenchesse um formulário com informações sobre descrição do projeto, ações, materiais necessários ou somente com o nome do projeto, caso ele seja gratuito ou tenha somente custos internos do CFP. Monalisa Barros esclareceu que com os formulários preenchidos pelos conselheiros, ela poderia fazer uma previsão no orçamento para cobrir os gastos com as atividades de cada projeto, tornando dispensável a aprovação posterior de cada projeto individualmente. Ela disse ainda que há um montante de três milhões de reais que serão divididos entre os GTs para a realização das atividades programadas. O conselheiro Celso Tondin disse que faz parte de mais de um GT e perguntou como serão operacionalizadas as reuniões dos grupos. Monalisa Barros explicou que os conselheiros terão que se dividir entre os GTs para que os planejamentos das atividades de todos eles sejam finalizados, sendo que os conselheiros poderão participar mais ativamente do planejamento de um dos GTs e apenas dar sugestões nas atividades dos outros grupos dos quais fazem parte. A conselheira Ana Paula Noronha perguntou se esse planejamento não seria válido para ações regulares e Monalisa Barros respondeu que não, que essas ações já fazem parte do orçamento e os centros de custos serão enviados aos conselheiros. O conselheiro Aluízio Brito perguntou como deveriam ser registrados os materiais necessários para a execução das ações e a conselheira tesoureira respondeu que era preciso colocar no formulário apenas a quantidade aproximada de cada material. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti perguntou como deveria proceder em relação aos temas que faziam parte da discussão de mais de um GT e Monalisa Barros respondeu que os grupos estão livres para trocar informações e formar parcerias. O conselheiro presidente Humberto Verona esclareceu que os projetos políticos de cada área serão discutidos na Reunião Plenária Extraordinária que acontecerá em junho. Humberto Verona disse que, no sábado, os conselheiros deverão formular um conjunto de ações das quais eles já possuem

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
FICOU ARQUIVADA SOB Nº em microfilme
CD Nº 10220

45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88

alguma clareza que irão acontecer e colocar a estimativa de custos para elas. A conselheira Monalisa Barros esclareceu que o montante do orçamento reservado ao custeio das atividades dos GTs é suficiente para financiar alguns gastos imprevistos que forem surgindo no decorrer da execução das atividades. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti perguntou qual o período orçamentário e Monalisa Barros respondeu que é até dezembro. Maria Ermínia Ciliberti disse que a premência de trabalhar por ações não pode se sobrepor à atuação política definida no Planejamento Estratégico e há ações definidas anteriormente nos GTs que devem ser modificadas. A conselheira tesoureira esclareceu que se algum GT não gastar todo o dinheiro que foi destinado a ele, esse montante pode ser transferido para outro GT. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti pediu apoio à diretoria para potencializar as ações e conversar mais sobre os projetos, pois os GTs estão tendo muita dificuldade no planejamento das atividades. Ela sugeriu que no sábado, além das reuniões dos GTs, houvesse um momento em que os grupos pudessem expor para todos os conselheiros o que foi discutido nas reuniões. A conselheira Marilda Castelar perguntou se as estratégias para discussão dos temas poderiam ser organizadas no sábado pela manhã e Monalisa Barros defendeu que, antes das reuniões dos GTs, todos os conselheiros deveriam combinar conjuntamente como ocorrerá a divisão em grupos e qual seria o momento do reencontro. O conselheiro Humberto Verona perguntou quem seria o coordenador das atividades de sábado e ficou decidido que seria o conselheiro Aluizio Brito. O conselheiro presidente informou que, em função da necessidade de articular o planejamento estratégico do CFP com os planejamentos unificados do Sistema Conselhos no tema álcool e outras drogas e emergências e desastres, foi marcada uma Reunião de Diretoria Extraordinária para a realização de um mapeamento de todas as ações que foram executadas e aquelas que ainda ocorrerão. A reunião terá a presença do moderador Cássio França e acontecerá na cidade de São Paulo nos dias três e quatro de junho. **Plenária Extraordinária.** Humberto Verona propôs que nos dias dezessete e dezoito de junho seja realizada uma Reunião Plenária Extraordinária exclusivamente para organizar o plano político e o planejamento estratégico do CFP e pactuar quais ações serão realizadas em dois mil e onze. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti perguntou se na Reunião Plenária Extraordinária dos dias dezessete e dezoito de junho será discutida a reestruturação do CFP, o realinhamento institucional. O conselheiro presidente informou que, em relação à Comunicação, foram aprovadas em Plenária algumas mudanças e as contratações já estão sendo feitas. Ele afirmou que na reunião dos dias dezessete e dezoito de junho será informado como está essa situação operacionalmente e o que já está encaminhado. Maria Ermínia Ciliberti perguntou se as reestruturações nos planos de ação serão feitas na Reunião Plenária Extraordinária e Humberto Verona respondeu que sim. A conselheira Monalisa Barros esclareceu que na reunião dos dias dezessete e dezoito de junho será discutido o realinhamento institucional do CFP e que nessa proposta de reestrutura está previsto um momento para ouvir o que os funcionários têm a dizer em relação ao funcionamento do CFP e às melhorias que podem ser feitas. O conselheiro presidente Humberto Verona confirmou a realização da Reunião Plenária Extraordinária nos dias dezessete e dezoito de junho de dois mil e onze e pediu que GTs tragam seus projetos para a discussão coletiva neste dia. A conselheira Sandra Amorim informou

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Cássio França, Humberto Verona, and Sandra Amorim.]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.]

89 que a Assembleia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
90 (CONANDA) será itinerante e ocorrerá nos dias quinze e dezesseis de junho na Bahia.
91 A conselheira disse também que está na expectativa de um compromisso familiar que
92 provavelmente será no dia dezessete de junho, motivo pelo qual ela só poderá estar
93 presente na Reunião Plenária Extraordinária no dia dezoito de junho. Foi a provada a
94 realização da plenária extraordinária nos dias dezessete e dezoito de junho de 2011.
95 **Anexo da Resolução CFP nº 007/2009:** O conselheiro presidente Humberto
96 Verona informou que na Reunião Plenária anterior foi aprovado um novo texto para
97 substituir o Anexo II da Resolução CFP nº 007/2009. Assim, colocou em votação a
98 Resolução CFP nº 009/2011, para publicar em diário oficial o novo texto. A resolução
99 foi aprovada por unanimidade. **Substituição de Cargo.** O conselheiro presidente
100 Humberto Verona informou que a conselheira tesoureira Monalisa Barros precisará se
101 ausentar do país do dia dez ao dia vinte e cinco de junho e, por conta disso, não
102 participará da Reunião Plenária Extraordinária de junho. A conselheira Monalisa Barros
103 ressaltou que sua ausência precisa ser aprovada pela Plenária do CFP e registrada em ata
104 e a conselheira secretária Deise Maria do Nascimento irá substituí-la na tesouraria. O
105 conselheiro presidente iniciou a votação e a substituição de cargo foi aprovada por
106 unanimidade. **Distribuição de Processos Éticos.** O conselheiro Aluízio Brito disse que
107 há três processos éticos pautados para a Reunião Plenária que acontecerá no dia
108 primeiro de julho, também informou a necessidade de se indicar três conselheiros para
109 serem relatores dos processos éticos. Aluízio Brito disse que dois processos vêm do
110 Conselho Regional de Psicologia da Décima Segunda Região e um processo vem do
111 Conselho Regional de Psicologia da Décima Terceira Região. O conselheiro disse que
112 Adriana Eiko, Flávia Lemos, Maria Ermínia Ciliberti, Marilda Castelar, Sandra Amorim
113 e Tania Brasileiro ainda não estavam responsáveis por nenhum processo ético. Aluízio
114 Brito falou que para a Reunião Plenária de agosto de dois mil e onze há um processo do
115 Conselho Regional de Psicologia da Sétima Região, dois processos do Conselho
116 Regional de Psicologia da Sexta Região e um processo do Conselho Regional de
117 Psicologia da Décima Sexta Região. Os processos éticos do mês de julho foram
118 distribuídos da seguinte forma: Processo Ético nº 3488/2010 para a conselheira Adriana
119 Eiko, Processo Ético nº 3489/2010 para a conselheira Flávia Lemos e Processo Ético nº
120 3632/2010 para a conselheira Marilda Castelar. O Processo Ético nº 3649/2010 foi
121 delegado para a conselheira Maria Ermínia Ciliberti. O Processo Ético nº 3862/2010 foi
122 delegado para a conselheira Sandra Amorim. O Processo Ético nº 3915/2010 foi
123 delegado à conselheira Tania Brasileiro. O Processo Ético nº 4320/2010 foi delegado à
124 conselheira Marilda Castelar e o Processo Ético nº 4018/2010 foi delegado ao
125 conselheiro Aluízio Brito. Ele ressaltou que o Processo Ético nº 2822/2010, que tem o
126 conselheiro Celso Tondin como relator, será julgado no dia primeiro de julho.
127 **Avaliação de Testes Psicológicos.** A conselheira Ana Paula Noronha informou que há
128 dois grupos de tarefas na Comissão Consultiva, um referente à avaliação de testes e o
129 outro referente à consulta para verificar se o instrumento é um teste psicológico ou não.
130 A conselheira disse que no grupo que avalia a qualidade técnica e científica dos
131 instrumentos, passaram pela comissão quatro instrumentos, sendo o primeiro deles o
132 Teste de Apercepção Infantil CAT-A, que foi enviado por um parecerista e recebeu um

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including 'JSP', 'P.', 'OK', and several other illegible signatures.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including 'JSP' and '447'.

133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176

parecer favorável. A conselheira informou que a comissão avaliou a qualidade deste parecer e entendeu que seria necessário a avaliação de mais um parecerista, o que foi feito e o segundo parecer foi desfavorável. Ana Paula Noronha disse que a comissão concordou com o parecer desfavorável no sentido de que aquela versão do instrumento não atendia aos critérios mínimos estabelecidos pela resolução e foi elaborado pela própria comissão um parecer consubstanciado que será encaminhado aos autores. O conselheiro presidente Humberto Verona ressaltou que o parecer da comissão foi desfavorável ao CAT-A e perguntou se os conselheiros tinham alguma dúvida. Ana Paula Noronha reforçou que o parecer só será enviado se for aprovado pela Plenária. Humberto Verona pediu que Ana Paula Noronha lesse os principais motivos que levaram à reprovação do instrumento. A conselheira disse que a comissão tem sido exigente em relação ao embasamento teórico do instrumento e ressaltou que há no Brasil uma resolução que contém diretrizes sobre a construção de um manual de testes psicológicos. Ana Paula Noronha disse que os principais motivos pelos quais o instrumento não foi considerado um teste psicológico foram: o manual não continha um embasamento teórico adequado e os estudos de validade não comprovaram de fato a eficácia do instrumento. A conselheira disse que a discussão foi longa e a decisão de reprovar o instrumento foi muito lamentada porque o CAT-A é um instrumento projetivo e há poucos instrumentos desta natureza no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). O conselheiro presidente iniciou a votação do parecer da comissão, que teve treze votos favoráveis e duas abstenções. Humberto Verona perguntou se os conselheiros novos têm conhecimento das comissões *ad hoc* e esclarece que há uma comissão de especialistas que compõe o SATEPSI. Em relação ao próximo instrumento submetido à aprovação, a conselheira Ana Paula Noronha informou que a Escala de Empregabilidade foi encaminhada ao SATEPSI, mas alguns aspectos técnicos do manual foram questionados e foi solicitado aos autores alguns esclarecimentos, sendo que, após os questionamentos terem sido sanados, o parecer foi favorável. A conselheira Tania Brasileiro perguntou se os critérios em relação à aprovação foram de que o instrumento foi testado e há pesquisas comprovando sua viabilidade ou se apenas foi feita uma análise de caráter teórico para afirmar que o teste tem uma estrutura que permite o entendimento. A conselheira Ana Paula Noronha esclareceu que todos os manuais de testes têm que atender aos requisitos previstos pela resolução 02/2003, o que inclui aspectos técnicos e de fundamentação e estudos de campo. A conselheira Tania Brasileiro perguntou se havia um quantitativo mínimo para garantir a aplicabilidade do teste e Ana Paula Noronha respondeu que sim e que tudo isso é sempre verificado quando o teste é submetido ao parecerista e à comissão. A conselheira Ana Paula Noronha esclareceu ainda que após a análise do parecerista, há um membro da comissão que avalia o manual do teste e o documento que veio do parecerista. O conselheiro presidente Humberto Verona iniciou a votação do parecer da comissão, sendo que ele foi aprovado por unanimidade. A conselheira Ana Paula Noronha apresentou o teste seguinte - Roteiro de Orientação Profissional – Enfoque Psicopedagógico Não Diretivo e esclareceu que é um instrumento de avaliação de interesses profissionais. A conselheira Ana Paula Noronha informou que a comissão entendeu que o instrumento não tinha condições de ser utilizado para fins diagnósticos e

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

177 sugeriu uma série de melhorias, sendo que os autores entraram com recurso e a
178 comissão entendeu que ele deveria ser negado. O conselheiro presidente Humberto
179 Verona iniciou a votação do parecer da comissão, que foi aprovado por unanimidade.
180 Ana Paula Noronha informou que, ao analisar o Inventário de Expressão de Raiva como
181 Estado e Traço – Staxi 2, a comissão solicitou algumas modificações e a editora do
182 inventário enviou a resposta atendendo à solicitação da comissão, sendo que, desta
183 forma, o teste recebeu parecer favorável. O conselheiro presidente Humberto Verona
184 perguntou o que o inventário investiga e Ana Paula Noronha respondeu que ele
185 investiga as manifestações de raiva, abordando tanto a raiva como estado quanto a raiva
186 como traço. A conselheira Marilda Castelar solicitou que os pareceres fossem entregues
187 aos conselheiros ou enviados por correio eletrônico com antecedência e perguntou se a
188 comissão tem tido a preocupação de analisar os itens que violam os direitos humanos. A
189 conselheira afirmou que o conhecimento prévio dos instrumentos e dos pareceres é
190 importante para evitar que o CFP aprove um instrumento e tenha problemas
191 posteriormente. A conselheira Ana Paula Noronha disse que não se opõe à sugestão de
192 Marilda Castelar, mas questiona qual seria o sentido disto, uma vez que a comissão é
193 composta por pessoas que foram convidadas e possuem expertise na área e nem todas as
194 informações sobre as pesquisas realizadas pela comissão interessarão aos conselheiros.
195 A conselheira Marilda Castelar esclareceu que não estava questionando a qualidade do
196 trabalho da comissão, mas lembrou que o CFP já teve problemas em relação à
197 aprovação de testes e que é importante estar atento a essa questão. A conselheira
198 Marilene Proença sugeriu que, no caso específico do inventário, ele não fosse aprovado
199 naquele momento e o relatório fosse enviado aos conselheiros para que eles pudessem
200 analisá-lo, uma vez que o teste estava sendo aprovado para ser utilizado nacionalmente
201 e avaliava um aspecto subjetivo. Marilene Proença sugeriu que o parecer sobre o
202 Inventário fosse debatido na próxima Reunião Plenária. A conselheira Ana Paula
203 Noronha disse que se preocupa porque acredita que o trabalho da comissão estaria
204 sendo desvalorizado e o instrumento já estava em processo de avaliação há bastante
205 tempo. Ana Paula Noronha defendeu que adiar a aprovação seria criar mais um trâmite,
206 o que seria desnecessário uma vez que há uma comissão que segue a resolução 02/2003.
207 A conselheira Sandra Amorim disse que a comissão é uma porta-voz do CFP e se
208 preocupa que alguma decisão do Conselho Federal possa soar como uma desconfiança
209 em relação ao trabalho da comissão. A conselheira questionou como os conselheiros
210 poderiam analisar os pareceres e votar com mais segurança sem desmerecer o trabalho
211 que foi feito. O conselheiro Celso Tondin perguntou se a Escala Hare passou pelo
212 mesmo processo que os outros testes e a conselheira Ana Paula Noronha respondeu que
213 sim e que a escala tem um parecer favorável. O conselheiro Celso Tondin disse que,
214 sendo assim, existe pelo menos um teste que, após passar pela comissão, acarretou
215 problemas políticos graves pelos quais o CFP está respondendo até hoje. O conselheiro
216 disse também que, no entanto, essa situação não é uma regra e defendeu que os
217 pareceres sejam enviados aos conselheiros com quinze dias de antecedência para que
218 eles possam sanar as dúvidas em relação aos testes e ter mais subsídios para votar na
219 Reunião Plenária. A conselheira Tania Brasileiro disse que se o CFP vai sentir
220 constrangimento de questionar qualquer comissão que foi colocada para fazer trabalhos,

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264

não há necessidade de votação, pois o parecer da comissão está feito. Ela disse que os conselheiros não são especialistas em testes, mas se preocupam com o uso deles, principalmente na área de direitos humanos, e defendeu que a questão não é somente o que a resolução prega, mas o risco que o CFP corre ao aprovar algo que pode estar equivocado. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti falou que gostaria de saber como outros conselhos e outros países lidam com a questão e acha que deve haver uma recomendação política como forma de expressão do CFP que vá além do que a comissão faz. A conselheira sugeriu que fossem feitos documentos que não tenham o poder de uma resolução, mas que demonstrem a preocupação do Plenário com a questão política dos testes. Ela disse que o CFP pode dar orientações em relação ao uso dos testes e que para isso são necessárias mais informações. O conselheiro presidente Humberto Verona afirmou que não há problema em que os conselheiros tenham acesso ao parecer antecipadamente, até mesmo para que o voto seja mais consciente. Ele disse também que, em relação à comissão, existe a construção de uma relação de confiança, mas críticas podem ser feitas tanto por parte do CFP quanto por parte da comissão. Humberto Verona ressaltou que os conselheiros precisam ter uma compreensão mais clara dos critérios estabelecidos pelo Sistema Conselhos para a avaliação dos instrumentos e para isso está sendo feito o Ano da Avaliação Psicológica. Ele sugeriu que os pareceres sejam lidos com antecedência e que os pontos em que há dúvidas sejam discutidos nos espaços criados pelo Ano da Avaliação Psicológica. O conselheiro presidente ressaltou que a comissão está seguindo rigorosamente os critérios em vigor atualmente. A conselheira Ana Paula Noronha reforçou que não se opõe à discussão dos pareceres e afirmou que espera que as Reuniões Plenárias possam ser usadas para ajudar a construir e melhorar a área. Humberto Verona sugeriu que o Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço – Staxi 2 fosse votado naquele momento e, em relação aos próximos instrumentos submetidos à votação, o parecer será lido com antecedência. O conselheiro presidente iniciou a votação do inventário, que recebeu doze votos favoráveis e três abstenções. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que entende porque alguns conselheiros se abstiveram, mas acredita que aprovar o parecer desta forma fragiliza o processo. A conselheira disse que aprovou os testes porque acredita na competência da comissão e mencionou que a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais está questionando o uso do teste de Rorschach para a avaliação no caso de cirurgias de mudança de sexo. Maria Ermínia Ciliberti disse que todos os conselheiros devem estar esclarecidos sobre a questão dos testes porque o CFP pode ter que responder por isso depois. Maria Ermínia Ciliberti disse ainda que os conselheiros devem ter segurança do seu voto porque, caso tenham que responder por ele, não poderão dizer que o voto não foi consciente. A conselheira Sandra Amorim disse que os aspectos éticos, políticos e técnicos não se dissociam, mas, como acompanhou o nascimento da comissão, se referiu apenas aos aspectos éticos. Ela ressaltou que a avaliação psicológica é a única atividade exclusiva do psicólogo e o teste é um instrumento que pode ou não ser utilizado, sendo que a comissão surgiu para normatizar o uso dos testes. Ela concordou com a conselheira Maria Ermínia Ciliberti de que deve ser discutida a forma como o psicólogo utiliza os testes, mas acredita que aprovar ou reprovar o parecer emitido pela comissão é uma outra questão. O conselheiro presidente

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Cópia arquivada em microfilme

309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352

cinco possibilidades de estudo e a resolução prevê no mínimo um estudo de validade e um estudo de precisão do instrumento para que ele possa ser considerado favorável. A conselheira Marilda Castelar disse que devem haver critérios diferentes para problemas diferentes e que uma escala de emoções varia muito entre as diversas culturas. O conselheiro presidente Humberto Verona disse que essa não é a discussão que deve ser feita no momento, mas sim no contexto do Ano da Avaliação Psicológica. A conselheira Ana Paula Noronha destacou que para o inventário foram feitos mais de um estudo de validade e de precisão, assim como todos os instrumentos aprovados recentemente. Ela disse que o inventário teve um número suficiente de sujeitos e relatou as características do grupo normativo, permitindo uma apreciação da questão da representatividade. A conselheira explicou que a comissão realiza também uma análise geral do manual, da fundamentação teórica, da análise de itens, da precisão, da validade e do sistema de normas, sendo que, a partir desta análise, considerou-se que o teste atende aos requisitos e é um instrumento importante e necessário para os psicólogos brasileiros por avaliar um construto que permite medir fatores relacionados à violência e problemas sérios da atualidade. Ana Paula Noronha disse ainda que a pesquisa para validar o instrumento foi feita com brasileiros e brasileiras de dezessete a sessenta anos e que essa é a faixa etária recomendada para a aplicação do teste. O conselheiro presidente Humberto Verona colocou em votação novamente o parecer do Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço - Staxi 2, que teve doze votos favoráveis e duas abstenções. A conselheira Ana Paula Noronha explicou que às vezes chegam consultas para verificar se um determinado instrumento se enquadra ou não na categoria teste psicológico, sendo que se o instrumento avalia um construto psicológico, ele é considerado teste. Ela disse que se os próximos instrumentos que serão avaliados forem considerados testes psicológicos, os manuais serão enviados para a análise da comissão. Ana Paula Noronha disse que o primeiro instrumento que será avaliado se chama Neupsilin, que é um instrumento de avaliação neuropsicológica. A conselheira informou que a área neuropsicológica pretende que os instrumentos de avaliação não sejam exclusivos do psicólogo e o autor do Neupsilin quer que o instrumento não seja considerado teste psicológico. Ana Paula Noronha explicou que se trata de um instrumento de avaliação clínica que abrange vários quadros neurológicos, desde a adolescência até o envelhecimento, e avalia aspectos como orientação espaço-temporal, atenção, percepção visual, habilidade aritmética, linguagem, escrita e memória. No entanto, disse a conselheira, a comissão entendeu que o instrumento é um teste psicológico porque está avaliando construtos psicológicos. Ela esclareceu que o teste foi submetido por conta de uma consulta do Conselho Regional da Oitava Região informando que o instrumento estava sendo vendido por uma editora, sendo que esta foi contactada e o manual foi pedido, mas a editora se negou a enviá-lo e a Coordenadoria Técnica teve que comprar o manual para a realização da avaliação. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti questionou se o fato de um instrumento não ser considerado teste psicológico impede o psicólogo de utilizá-lo e perguntou em que momento será discutida a postura que o CFP irá adotar caso o instrumento seja considerado um teste psicológico e outras categorias profissionais não possam mais aplicá-lo. A conselheira Ana Paula Noronha respondeu que se um instrumento não for considerado um teste psicológico, ainda assim os

Handwritten signatures and initials:
J.S.K.
P.
A.L.
J.B.
J.C.
M.E.C.
M.P.
M.S.

Handwritten marks:
up 2
x
A.P.
44

353
354
355
356
357
358
359
360

361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396

psicólogos poderão utilizá-lo. O conselheiro presidente Humberto Verona disse que o fato de um instrumento ser um teste psicológico impede outros profissionais de utilizá-lo e se esse ponto for discutido no âmbito do Ano da Avaliação Psicológica, será discutida a mudança da lei. O conselheiro presidente Humberto Verona perguntou quem era favorável a considerar o Neupsilin um teste psicológico e treze conselheiros foram favoráveis e um conselheiro se absteve. A conselheira Ana Paula Noronha falou que o instrumento EQ-MAP se propõe a realizar um mapeamento de competência profissionais e está no livro "Inteligência Emocional na Empresa". A conselheira disse que o Conselho Regional da Sexta Região perguntou se o instrumento seria um teste psicológico ou não e a comissão entendeu que é um teste psicológico porque o instrumento é composto por vinte e uma escalas, dentre as quais algumas são construtos psicológicos. O conselheiro presidente Humberto Verona abriu para votação e doze conselheiros concordaram com a comissão e dois se abstiveram. Ana Paula Noronha falou que o instrumento Qual é o seu Caminho? foi enviado pelo Conselho Regional da Oitava Região e aborda interesses e definições profissionais, além de realizar predições do futuro profissional. A conselheira ressaltou que nem sempre os instrumentos que têm sido considerados testes por avaliar construtos psicológicos terão seu uso aprovado pela comissão. Ela disse que o instrumento Qual é o seu Caminho? foi considerado teste psicológico pela comissão porque avalia o interesse profissional. O conselheiro presidente Humberto Verona abriu para a votação, sendo que treze conselheiros concordaram que se trata de um teste psicológico e um conselheiro se absteve. A conselheira Cynthia Ciarallo perguntou se a aprovação dos conselheiros de que o instrumento avalia um construto psicológico significa que nenhuma outra categoria profissional poderá utilizar o instrumento e os demais conselheiros responderam que sim. Ela então disse que, nesta etapa, o instrumento é considerado um teste psicológico, mas ainda não passou pela análise de todos os critérios que é feita pela comissão e deseja saber quais as decorrências políticas da decisão do Plenário do CFP. Cynthia Ciarallo perguntou como proceder quando o autor do teste não deseja que o instrumento seja considerado um teste psicológico. A conselheira Ana Paula Noronha respondeu que quando os conselheiros consideram que o instrumento avalia construtos psicológicos, ele passa a ser visto como um teste psicológico e a exclusividade vem como consequência. A conselheira disse que a solicitação pode vir de um autor, de um CRP ou de um psicólogo que deseja saber se um instrumento é teste psicológico ou não e a grande contribuição da análise da comissão é evitar que as avaliações psicológicas sejam feitas com instrumentos que não tenham condições de ser utilizados. A conselheira Marilda Castelar perguntou se será feito um parecer informando que o instrumento foi considerado teste psicológico, mas ainda não está disponível nem para uso e nem para comercialização, uma vez que não é possível incidir sobre a publicação. A conselheira Ana Paula Noronha ressaltou que não há como proibir a venda e que é divulgado no Satepsi quando a Plenária aprova que um instrumento seja considerado teste psicológico. Marilda Castelar afirmou que só pode ser usado o que está na lista do Satepsi. Ana Paula Noronha explicou que se um instrumento for reprovado, ele não pode ser usado, o que não significa que não possa ser feito o uso de entrevistas, observações e questionários. A conselheira Marilda Castelar voltou a afirmar que os

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

397
398
399
400
401
402
403
404

405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440

psicólogos só podem utilizar os instrumentos que estão na lista do Satepsi. O conselheiro Humberto Verona respondeu que não e a conselheira Ana Paula Noronha esclareceu que na resolução está dizendo que quando o psicólogo for elaborar um documento, ele deve ter o cuidado de não utilizar somente instrumentos que não foram aprovados cientificamente, o que não significa que em um processo avaliativo eles não possam ser utilizados. O conselheiro Humberto Verona ressaltou que, em relação aos últimos três instrumentos, o Plenário decidiu apenas se eles devem ser considerados testes psicológicos ou não. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que não usa e não conhece os testes psicológicos, mas acha muito importante separá-los dos testes de revistas voltadas ao público jovem, até para que a profissão seja respeitada. A conselheira falou que deverá ocorrer uma divergência com a Administração, mas, por outro lado, os administradores querem tirar os psicólogos da atuação em recursos humanos. Ela falou que a questão da área neurológica é bastante preocupante, mas a comissão pode, em quatro ou cinco anos, rever alguns pareceres em função da dinamicidade das profissões. Maria Ermínia Ciliberti ressaltou que não são os usuários de testes psicológicos que procuram os CRPs, mas sim os psicólogos que divergem com outros psicólogos e o CFP deve começar a trabalhar para que os usuários de testes possam saber qual instrumento está sendo utilizado. A conselheira Ana Paula Noronha falou que a avaliação dos instrumentos Âncora de Carreira Schein, Teste de Personalidade e Temperamento e Teste Distributivo do Eneagrama foi uma solicitação do Conselho Regional da Sexta Região e a comissão entendeu que os três avaliam construtos psicológicos. O conselheiro presidente abriu a votação e o instrumento Âncora de Carreira Schein foi considerado teste psicológico por treze votos favoráveis e uma abstenção. A conselheira Ana Paula Noronha falou que o instrumento Escala de Avaliação do Clima Organizacional foi mandado para avaliação pelos autores e a comissão entendeu que a escala avalia a organização e o clima, não as pessoas, e, por conta disso, não foi considerado que a escala avalia construtos psicológicos. O conselheiro presidente Humberto Verona abriu para votação e a Escala de Avaliação do Clima Organizacional não foi considerada um teste psicológico por unanimidade. A conselheira Ana Paula Noronha disse que o Inventário dos Esquemas de Gênero e do Auto-Conceito – IEGA foi publicado em um artigo que foi enviado por e-mail para avaliação pelo Conselho Regional da Sexta Região. A conselheira falou que no próprio artigo estava escrito que se tratava de uma técnica psicométrica que avalia o auto-conceito e a comissão entendeu que o instrumento é um teste psicológico. O conselheiro presidente Humberto Verona abriu para votação e o Inventário dos Esquemas de Gênero e do Auto-Conceito foi considerado um teste psicológico por doze votos favoráveis e duas abstenções. **Informes:** A conselheira tesoureira Monalisa Barros disse que os conselheiros foram avisados por e-mail que deveriam trazer a cópia do check-in. A conselheira informou também que ela e o conselheiro Celso Tondin tiveram uma reunião com o Centro de Referências em Políticas Públicas (Crepop) e pediu que os nove conselheiros que estão com referências para coordenar participassem de uma reunião de dez minutos que ocorrerá no momento do intervalo da Reunião Plenária. Monalisa Barros disse que os conselheiros participantes da reunião são: Aluízio Brito, Márcia Mansur, Marilene Proença, Maria Ermínia Ciliberti, Ana Luíza Castro, Flávia

Handwritten signatures and initials:
M.
J.
A.
S.
S.
S.
S.

Handwritten signatures and initials:
M.
S.
S.
S.
S.

1. OFÍCIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

441 Lemos - que não estava presente -, Roseli Goffman, Marilda Castelar e Clara Goldman.
442 A conselheira secretária Deise Nascimento disse que na Reunião Plenária anterior foi
443 feita uma experiência de disponibilizar aos conselheiros uma pasta virtual e os laptops
444 para acessá-la. Ela informou que diversos setores fizeram avaliações em relação à forma
445 de trabalho e o setor de informática está estudando uma maneira de operacionalizar
446 mais adequadamente o uso da tecnologia. **Informes Financeiros do CFP.** A
447 conselheira tesoureira Monalisa Barros informou que o centro de custo ainda não foi
448 preenchido, mas a arrecadação foi de setenta por cento do orçado, que é o previsto até
449 este momento do ano. A conselheira disse que os dados de dois CRPs ainda não foram
450 atualizados. Monalisa Barros falou que havia levado apenas a prestação de contas do
451 CFP e que foi realizada a auditoria das contas do Conselho Federal do ano de dois mil e
452 dez. A conselheira tesoureira leu o parecer emitido pelos auditores: "... na nossa
453 opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os
454 aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho Federal de
455 Psicologia em trinta e um de dezembro de dois mil e dez, de acordo com as práticas
456 contábeis adotadas no Brasil.". Monalisa Barros explicou que o parecer indica que a
457 arrecadação do CFP no ano de dois mil e dez importou em um montante de quinze
458 milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e cinco
459 centavos, que representou o percentual de noventa e nove vírgula noventa e um do
460 orçado, excluído o superávit de exercícios anteriores. Ela disse que a despesa executada
461 representou um montante de dezessete milhões, seiscentos e setenta e sete mil, trezentos
462 e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos. A conselheira tesoureira explicou que
463 foi gasto mais do que o arrecadado porque houve o pagamento da sede e foi o utilizado
464 o fundo feito em anos anteriores. Monalisa Barros disse que as despesas com pessoal
465 representaram o percentual de vinte e quatro vírgula zero quatro por cento das receitas
466 correntes e vinte e sete vírgula oitenta e nove por cento do total das despesas correntes.
467 Ela informou que a receita em comparação ao exercício de dois mil e nove apresentou
468 um acréscimo de quinze vírgula zero dois por cento, enquanto a despesa teve um
469 acréscimo de trinta e sete vírgula setenta e dois, tendo em vista o custo da sede.
470 Monalisa Barros disse que neste momento o CFP apresenta um superávit patrimonial no
471 valor de dois milhões, cento e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e
472 representou um incremento no patrimônio líquido no patamar de doze vírgula oitenta
473 por cento. A conselheira tesoureira do CFP solicitou que fosse posta em votação a
474 aprovação das contas do CFP no exercício de 2010 para que ela pudesse ser apresentada
475 na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF). O conselheiro
476 presidente Humberto Verona abriu para questionamentos antes de dar início à votação.
477 O conselheiro Celso Tondin perguntou se foram feitas mudanças em relação à auditoria
478 porque os integrantes do CRP-12 estavam achando que ela poderia ter se aprofundado
479 em alguns aspectos e contribuído mais com a gestão, pois, de acordo com o conselheiro,
480 a auditoria não percebeu questões básicas. A conselheira Monalisa Barros informou que
481 houve uma troca na empresa responsável pelas auditorias e ela fez uma reunião com os
482 novos auditores, na qual pediu a eles rigor na realização das auditorias nos CRPs e no
483 CFP e que não ocorresse repetição de auditores. Ela disse que a empresa responsável
484 pelas auditorias é a Soma Auditoria, Métodos Organizacionais e Sistema e ressaltou que

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including initials like 'JH', 'P.', 'OK', 'HO', and 'sup'.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

1. OFÍCIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Folha 490/492
2011/0000000-0

485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528

se for encontrada alguma irregularidade em qualquer dos Conselhos Regionais e o CFP
o notifica de que há um erro, a responsabilidade legal pelo erro é do gestor do CRP. Por
outro lado, disse Monalisa Barros, se a auditoria é feita, mas não aponta as
irregularidades dos CRPs, quem responderá por elas serão a conselheira tesoureira e o
conselheiro presidente. Monalisa Barros afirmou que o serviço realizado pela empresa
está de acordo com o que foi solicitado e que foi ela que ressaltou a necessidade dos
conselheiros entregarem os bilhetes de viagens utilizados. O conselheiro presidente
Humberto Verona abriu para a votação da prestação de contas do exercício de dois mil e
dez, que foi aprovada por onze votos favoráveis e três abstenções. **Pauta da APAF de
maio de 2011.** Os conselheiros discutiram e concordaram que a delegação do Conselho
Federal que irá para a APAF será: Humberto Verona, Clara Goldman e Monalisa Barros
como delegados; Deise Nascimento como suplente; Aluizio Brito como observador e
Adriana Eiko e Ana Paula Noronha como convidadas. Humberto Verona disse que é
necessário que os conselheiros reúnam todas as demandas relativas à questão do trânsito
que surgiram nos encontros de Comissão de Orientação e Ética (COE) e Comissão de
Orientação e Fiscalização (COF) e no Congresso Nacional de Psicologia (CNP) para
justificar na APAF a necessidade de que seja realizado um planejamento estratégico
sobre o tema do trânsito. O conselheiro presidente pediu que todos abrissem o arquivo
com a linha do tempo da APAF. A conselheira Roseli Goffman disse que não poderá
estar presente na APAF, mas acredita que o conselheiro Aluizio Brito está capacitado
para discutir o ponto do trânsito na Assembleia. O conselheiro Aluizio Brito disse que
aceita defender este ponto na APAF, uma vez que ele também é o responsável pelos
pontos “eleição via internet”, “revisão do regimento eleitoral”, “regulamentação do
exercício profissional da grafologia” e “credenciamento de sites”. Ele sugeriu ainda que
o ponto “regulamentação do exercício profissional da grafologia” seja levado para a
APAF como um informe, no qual o Conselho Federal abordará o que foi discutido na
COF e na COE, mas sem assumir um posicionamento e sem produzir materiais.
Humberto Verona concordou e abriu a votação da delegação do Conselho Federal que
irá para a APAF. A delegação foi aprovada por unanimidade. Humberto Verona pediu
que o tema “medicalização do ensino, da educação e da sociedade” fosse pautado para a
reunião de presidentes, pois é necessário incluir os Conselhos Regionais na política
sobre o tema, que já está em andamento. Ele disse ainda que os materiais de subsídio
devem ser fornecidos pela conselheira Marilene Proença, pois já há um fórum em
andamento e a conselheira está a par das discussões que têm sido feitas em relação ao
tema. **Ano da Avaliação Psicológica.** A conselheira Ana Paula Noronha disse que foi
produzido um projeto do ano temático e foram feitas quatro reuniões telefônicas, das
quais participaram os Conselhos Regionais da Primeira, Segunda, Quinta, Sexta, Oitava
e Nona Regiões. Ana Paula Noronha disse que o GT foi criado por decisão da APAF e
três eixos de atuação foram deliberados na APAF de dezembro de dois mil e dez, sendo
eles: qualificação, que aborda os critérios de reconhecimento e validação a partir dos
direitos humanos, a avaliação psicológica enquanto processo, os manuais especificando
os contextos de aplicação e os âmbitos de ação; relações com os contextos nos quais a
avaliação se insere e a relação com o contexto de formação. A conselheira disse que o
trabalho começou em fevereiro e os CRPs têm dado contribuições. Ela informou que

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
ficou arquivada cópia em microfilme
01/01/2012

529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572

ainda não ocorreram reuniões presenciais e foi acordado que o projeto terá início em maio, sendo a inauguração prevista para ocorrer no Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (CONPSI), com a mesa redonda que terá como participantes o conselheiro presidente do CFP Humberto Verona, a presidente da Associação Brasileira de Roscharch e Outras Técnicas Projetivas e um representante do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica. Ana Paula Noronha informou que como objetivo geral estabeleceu-se a promoção da reflexão com a categoria sobre a avaliação, com vistas a promover a médio e longo prazo a qualificação da prática profissional, considerando-se os aspectos éticos e técnicos a ela inerentes, de forma a garantir e produzir efeitos na sua aplicabilidade. A conselheira disse que nos objetivos específicos há o detalhamento do que se pretende, mas a tônica do projeto é o primeiro eixo, que é a promoção dos direitos humanos. Ela informou que o GT está atento não só à construção de novos critérios, mas também de uma reflexão de que isso fique bem estabelecido. Como etapas a conselheira disse que se pensou que até o dia quatro de maio o planejamento estaria em forma de ante-projeto para ser apresentado na Reunião Plenária e na APAF e, após o lançamento e a aprovação, seria criado um prêmio monográfico sobre o tema “avaliação psicológica na perspectiva dos direitos humanos” para estimular produções nesta área. Ana Paula Noronha explicou que, ainda no mês de maio, o GT irá estabelecer os objetivos dos eventos regionais e do evento nacional e os textos geradores já foram escritos, sendo que o GT possui vinte e cinco textos dos autores: Mariângela Calderari Oliveira, Ilma Lopes Ciqueira, Fabian Rueda, Vanuzia Peres, Bartholomeu Tróccoli, Luiz Pasquali, Maria Amanda Amada Joaquim, Maria Júlia Trevizan, Denise Gurgel Bandeira, Otávio de Abreu Leite, Suzane Lor, Rodolfo Petrelli, Pedro Paulo Bicalho, Célia Maria Souto, Leila Tohaka, José Novaes, Janaína Santana, Priscila Bastos, Sônia Rowinski, Alexandre Anashi, Acácia Santos, Carlos Nunes, Ricardo Prime, Caroline Repold, Cláudio Roots e Adriane Marcondes Machado. A conselheira informou que os textos são pequenos com o intuito de gerar reflexão e somente Irene Bulcão, Balsem Pineli e Marcelo Tavares não atenderam ao pedido do GT para elaborar um texto. Ela disse que está lendo os textos e está observando se eles não ferem nenhuma resolução. O conselheiro Aluizio Brito lembrou que um dos problemas do Ano da Psicoterapia foi que as pessoas acharam que o texto base era a posição do CFP e pediu que, na introdução do manual do Ano da Avaliação Psicológica, fosse esclarecido que o texto base visava gerar discussões e incluía uma diversidade de opiniões, que não necessariamente seria a posição do CFP. Ana Paula Noronha informou que de agosto a novembro devem ocorrer eventos nos CRPs e o evento nacional ocorrerá em março de dois mil e doze. Ela disse que adicionalmente há a tarefa de levantamento dos processos éticos referentes a avaliações psicológicas ocorridos nos CRPs e que chegaram também ao CFP para que seja feito um trabalho do grupo, que posteriormente será apresentado. A conselheira falou que em dois mil e doze o grupo pretende apresentar os resultados do trabalho na APAF de maio e enviar o material a ser divulgado para a categoria em junho. Ela ressaltou que o GT tem sofrido com as mudanças dos membros participantes porque isso muda completamente o tom do grupo e disse também que conselheiros não estão escrevendo textos geradores. O conselheiro presidente Humberto Verona perguntou se a proposta do GT era de que, após a aprovação da APAF, fossem

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616

realizados eventos regionais subsidiados por textos base e fossem entregues na APAF de maio de dois mil e doze todo o material produzido. O conselheiro presidente ressaltou que, além dos materiais, há também um estudo sobre os processos éticos envolvendo avaliações psicológicas. A conselheira Ana Paula Noronha acrescentou que há também o prêmio monográfico e que o GT quer oferecer algum material para os psicólogos. O conselheiro presidente Humberto Verona perguntou se os textos geradores serão organizados em um caderno por eixos e a conselheira Ana Paula Noronha respondeu que sim. A conselheira vice-presidente Clara Goldman perguntou de que forma o CFP poderia ajudar os CRPs no entendimento dos textos geradores ou na organização do processo de discussão. Ela perguntou também qual é a participação das entidades nos eventos regionais porque os participantes das discussões podem não ser especialistas em avaliação psicológica. A conselheira vice-presidente sugeriu que fosse pensada uma tarefa política para as entidades que permitisse o incremento das discussões e que fosse elaborado um roteiro propositivo para ajudar os CRPs a trabalhar os textos. Clara Goldman sugeriu também que fossem selecionados alguns textos que estivessem mais próximos da operacionalização da discussão e que os vinte e cinco textos fossem agrupados em temas para reduzir o número de leituras. Ela disse que acha complicado para os Conselhos Regionais fazerem um trabalho de qualidade tendo por base um material muito extenso e muito plural. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que se preocupa com essa temática porque acha que pode ocorrer a discussão da avaliação psicológica deixar de ser avaliação feita por um psicólogo para ser feita com uma metodologia de avaliação psicológica. Ela falou que a questão dos direitos humanos deve ser lembrada e disse que ficou assustada no encontro de COFs porque alguns participantes não sabiam qual devolutiva poderia ser dada para a pessoa e nem que a folha do teste pertence ao usuário. Maria Ermínia Ciliberti disse que não é contrária à venda de testes porque qualquer pessoa pode comprar um livro de cirurgia, mas nem todos podem operar. Ela informou que algumas grandes editoras denunciam os psicólogos autores de testes para garantir seu interesse econômico e que, ao se analisar um processo ético relativo a avaliações psicológicas, deve-se observar primeiramente quem o abriu. A conselheira falou que, após o encontro de COFs, percebeu que a discussão da avaliação na área de saúde regrediu e disse também que os psicólogos ficaram quinze anos se chamando de sanitaristas para poder trabalhar. Ela disse que as discussões do Ano da Avaliação Psicológica podem acarretar na divisão de psicólogos que fazem avaliação psicológica e psicólogos que fazem diagnóstico. A conselheira defendeu que a avaliação psicológica fosse vista com um enfoque social e ressaltou que a visão de homem que é considerada em um teste depende do autor do mesmo. O conselheiro presidente Humberto Verona disse que acha difícil que os vinte e cinco textos do Ano da Avaliação Psicológica possam ser compilados para cinco e sugeriu que todos os textos fossem usados como subsídios, mas fosse produzido um único texto para sintetizar cada eixo, que contivesse perguntas e questionamentos para direcionar as discussões. Ele perguntou quantos eixos há e a conselheira Ana Paula Noronha respondeu que são três eixos, sendo que o primeiro deles é sub-dividido em três. O conselheiro presidente disse que concorda com a conselheira Maria Ermínia Ciliberti que o CFP precisa discutir o que quer levar de contribuição para o ano temático e qual o

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the word 'sua' and various initials.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CICLO ARQUIVADO CÓPIA em microfiche

617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660

posicionamento do Conselho Federal neste sentido. Ele disse que essa discussão deve ser pautada em outro momento para que sejam resolvidas questões como qual a forma que o CFP entende a avaliação psicológica, o que é esperado dentro dos campos de práticas existentes atualmente, qual a dimensão da avaliação psicológica, quais são os instrumentos, qual é o limite e a flexibilidade que precisa haver, entre outras. A conselheira Ana Luíza Castro disse que quando ela era responsável pela Comissão de Ética do seu CRP, oitenta por cento das denúncias se referiam à avaliação psicológica e que agora que ela participa do CFP, o índice continua o mesmo. Ela ressaltou que a maior parte dos processos éticos que foram julgados nesta data estavam relacionados a avaliações psicológicas e acredita que o CFP deve enfrentar as diversas questões relacionadas. Ela falou que conhece pessoas que pensam que não devem atender todos os envolvidos em uma denúncia e que tudo que uma criança fala é definitivo. Por conta disso, a conselheira sugeriu que fosse escrito o que o CFP entende por avaliação psicológica e como ela deve ser feita para ressaltar a linha política do Conselho Federal. A conselheira vice-presidente Clara Goldman disse que deve ser traçada uma correlação mais forte com o campo da política e que talvez a preocupação seja discutir os aspectos técnicos e instrumentais e não conseguir um aprofundamento em relação a que projeto de sociedade a avaliação se relaciona. A conselheira Sandra Amorim sugeriu que fosse acrescentado nos objetivos o eixo político. A conselheira Clara Goldman disse que o CFP não pode se arriscar a despolarizar a discussão, mas deve deixar que a categoria se posicione de forma transparente para poder conhecer o que os pares estão fazendo e pensando. Ela sugere que seja proposto na APAF um eixo condutor maior chamado "avaliação psicológica: qual a sociedade que desejamos?" para que essa questão seja sempre debatida. Clara Goldman achou boa a forma como o prêmio monográfico colocou um desafio para a categoria e defende que seja feita uma discussão política sobre o porquê da avaliação psicológica ser um ano temático, mesmo acreditando que o ano temático não vai resolver questões intrínsecas ao assunto. A conselheira Ana Paula Noronha disse que se sentiu angustiada quando os autores dos textos foram indicados e que ocorreu uma discussão entre CRPs, sendo que há visões diferentes. Ela disse que, em relação ao tema da Escala Hare, ocorreu uma mudança de posicionamentos por conta da alteração de participantes. A conselheira ressaltou que é difícil lidar com pessoas que participam do GT, têm visões distintas e não estão inseridas no contexto da avaliação psicológica. Ana Paula Noronha disse que acha ótimo que tenham muitos textos na área de avaliação e que eles sejam capazes de provocar uma discussão, mas acredita também que é possível trabalhar dentro do GT com a possibilidade da inserção de textos que resumam os eixos. A conselheira Roseli Goffman disse que o maior problema da educação atualmente é a avaliação, sendo que, de acordo com a conselheira, a avaliação psicológica é mais séria que a avaliação escolar porque avalia a subjetividade e o curso de um ser em processo. Ela questionou quem faz a avaliação e para quem ela é feita e disse que muitas vezes a avaliação tem outro destinatário que não o sujeito que está sendo avaliado. A conselheira destacou também a questão da forma como deve ser feita a devolutiva e em que a avaliação resulta. A conselheira vice-presidenta Clara Goldman disse que acha complicado fazer uma crítica de conteúdo a priori porque os textos foram feitos e o maior crivo será a discussão coletiva. Ela

Handwritten notes and signatures:
- "Jul" (vertical)
- "P." (vertical)
- "ck" (vertical)
- "40" (vertical)
- "9" (vertical)
- "de" (vertical)
- "sup" (vertical)
- "sup" (vertical)
- "sup" (vertical)

Handwritten signatures and initials:
- "up" (signature)
- "x" (initials)
- "cl" (initials)
- "sup" (initials)

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Cadastrado em microfilme
sob o n.º 0010278

661 ressaltou que o processo está sendo feito com o aval dos profissionais da Psicologia e a
662 construção que foi feita levou ao projeto do Ano da Avaliação Psicológica. Clara
663 Goldman disse que os textos foram feitos por pessoas que lidam com a avaliação
664 psicológica no seu cotidiano e se dispuseram a contribuir e ela se preocupa com a
665 questão de como será possível inserir a política da avaliação a partir da defesa da
666 promoção dos direitos dos usuários nas discussões dos CRPs. A conselheira vice-
667 presidente disse que o projeto está consistente e organizado e sugeriu que fosse feito um
668 roteiro de perguntas para orientar a discussão dos grupos. A conselheira Marilene
669 Proença disse que em uma gestão anterior do CFP, os conselheiros se questionavam
670 sobre o que poderiam fazer para não manter e não fortalecer o que eles criticavam e
671 ainda assim avançar. Ela falou que as questões que foram levantadas pela Plenária
672 naquela época e, por conta disso, foi criada a Comissão de Avaliação de Testes e a
673 discussão da resolução de 2003 sobre os documentos. Marilene Proença disse que
674 considera importante recuperar a história no Ano da Avaliação Psicológica para que não
675 pareça que o tema está sendo discutido pela primeira vez. Ela lembrou que a avaliação
676 psicológica é um processo que vem sendo discutido há pelo menos dez anos e acredita
677 que realizar um levantamento histórico pode provocar um adensamento da discussão e
678 evitar que as polêmicas sejam esquecidas. A conselheira questionou quais consensos
679 podem ser construídos na área e defendeu que a questão de como o trabalho será feito é
680 fundamental, uma vez que, de acordo com a conselheira, metodologias de trabalho que
681 possibilitem a formação de consensos ainda são um desafio. A conselheira Marilda
682 Castelar recuperou um documento de dois mil e três que foi uma das primeiras
683 tentativas de se discutir direitos humanos na prática profissional dos psicólogos, sendo
684 que neste documento já havia um texto sobre avaliação psicológica e direitos humanos.
685 Ela concordou com a conselheira Marilene Proença de que a dimensão histórica deveria
686 ser resgatada. Marilda Castelar ressaltou que algumas práticas do psicólogo devem ser
687 reconhecidas com urgência, não só por serem privativas, mas pelo reconhecimento da
688 importância do psicólogo de atuar em certos campos. A conselheira disse que não gosta
689 da idéia de atividades privativas e sugeriu que houvesse um dos eixos da história, um
690 eixo dos direitos humanos e um eixo que fizesse a interface dos dois temas. O
691 conselheiro Humberto Verona lembrou que um dos eixos é a relação com direitos
692 humanos. A conselheira Marilda Castelar explicou que ela propôs que fosse discutida a
693 história da avaliação, os direitos humanos e a relação com os direitos humanos porque
694 da forma como o projeto está estruturado a discussão está indo direto para os direitos
695 humanos. Ela parabenizou a conselheira Ana Paula Noronha por ter conseguido vinte e
696 cinco textos em pouco tempo e disse que gostou muito do trabalho, mas questionou
697 como essa produção será administrada e ressaltou que o volume de textos mostrou que a
698 demanda estava reprimida. O conselheiro Aluizio Brito destacou que o Ano da
699 Avaliação Psicológica estava sendo muito esperado e que da parte do CFP esperava-se
700 que algumas falhas fossem corrigidas, principalmente em relação aos processos éticos.
701 Ele disse que da parte da categoria esperava-se que fossem reafirmados a avaliação e os
702 testes psicológicos. O conselheiro lembrou que, no Ano da Psicoterapia, o CFP não
703 definiu a sua posição e isso fez com que cada um realizasse o próprio debate. Aluizio
704 Brito destacou que reunir vinte e cinco textos não é fácil e ressaltou que, para que seja

Handwritten notes and signatures on the right margin:
- A large blue signature at the top right.
- A smaller blue signature below it.
- A blue signature that looks like "OK".
- A blue signature that looks like "SP".
- A blue signature that looks like "dl".
- A blue signature that looks like "Humberto".
- A blue signature that looks like "Ana Paula".
- A blue signature that looks like "Aluizio".
- A blue signature that looks like "Marilda".

Handwritten notes and signatures at the bottom of the page:
- A large blue signature on the left.
- A blue signature in the middle.
- A blue signature on the right.

749 conselheira Ana Paula Noronha disse que, de acordo com o cronograma do Ano da
750 Avaliação Psicológica, ainda não está definido como serão as atividades e pediu que o
751 Plenário fizesse sugestões sobre isso. A conselheira Sandra Amorim disse que se
752 preocupa com a segmentação que está sendo feita e ressaltou que há uma confusão entre
753 testes e avaliação psicológica, que é mais abrangente. Ela disse também que devem
754 haver princípios e discussões que possam agregar diversas questões independente das
755 bases epistemológicas e do local de atuação dos psicólogos, para evitar o especialismo.
756 Sandra Amorim falou que a discussão sobre a formação deve ser retomada e as
757 resoluções do CFP são bem claras em relação à devolutiva que deve ser dada ao
758 paciente, o único problema é que os psicólogos não as lêem. O conselheiro presidente
759 Humberto Verona disse que a tarefa do GT se encerra na APAF com a apresentação do
760 projeto do ano temático, sendo que na própria Assembleia será decidido se o mesmo GT
761 será mantido ou um novo grupo será criado para dar continuidade às tarefas. Ele
762 ressaltou que os GTs são financiados pela conta divulgação e haverá recursos para a
763 realização de eventos regionais e nacional. O conselheiro Celso Tondin perguntou
764 quanto tempo haverá para os eventos regionais e Humberto Verona respondeu que eles
765 ocorrerão de agosto a novembro. Celso Tondin disse que, nesse período, haverá tempo
766 hábil para que todos os CRPs possam se organizar e questionou se seria preciosismo
767 garantir na organicidade do processo que a discussão aconteça em todas as micro-
768 regiões dentro de uma região maior. O conselheiro presidente Humberto Verona
769 respondeu que isso seria ferir a autonomia dos CRPs. A conselheira tesoureira Monalisa
770 Barros pediu que fossem priorizadas as discussões de fato importantes e as demais
771 fossem abordadas rapidamente. **Planejamento Estratégico do Sistema Conselhos.**
772 Humberto Verona disse que todos os conselheiros já têm os resultados do planejamento
773 estratégico de álcool e outras drogas, que será apresentado na APAF. Ele falou que
774 acredita que não haverá dificuldade em realizar a pactuação do plano tirado no
775 planejamento conjunto e ressaltou que o mesmo vale para o planejamento estratégico
776 emergências e desastres. **Regulamentação do Exercício Profissional da Grafologia.**
777 Humberto Verona lembrou que os encaminhamentos já foram dados pelo conselheiro
778 Aluizio. **Eleição via internet.** O conselheiro Aluizio Brito disse que esse ponto é um
779 informe e não deve ser discutido na APAF, assim como o ponto “Regulamentação do
780 Exercício Profissional da Grafologia”. O conselheiro presidente Humberto Verona disse
781 que o ponto “Eleição via Internet” não é somente um informe e o conselheiro Aluizio
782 Brito falou que esse ponto deve ser discutido junto com o ponto “Revisão do Regimento
783 Eleitoral”. Aluizio Brito justificou a discussão conjunta dos pontos dizendo que se for
784 decidido que a eleição será realizada via internet, isso deve ser regulamentado no
785 regimento eleitoral. O conselheiro presidente perguntou se a proposta do regimento
786 eleitoral já está pronta e o conselheiro Aluizio Brito respondeu que sim. Diante disso,
787 Humberto Verona pediu que a proposta de regimento fosse apresentada naquele
788 momento. **Revisão do Regimento Eleitoral.** O conselheiro Aluizio Brito disse que a
789 novidade é a elaboração de um manual da eleição. Ele falou que o regimento foi
790 atualizado com todas as contribuições enviadas pelos CRPs e pela Comissão da
791 Consulta Nacional. O manual foi apresentado e o conselheiro explicou aos presentes a
792 estrutura do documento. Aluizio Brito disse que o manual irá detalhar o que deve ser

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like 'J.', 'Aluizio', and others.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

793
794
795
796
797
798
799
800

801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836

feito em uma eleição e ressaltou que há muitas queixas em relação ao tamanho das filas para votar. Ele informou que no manual constam informações como sala de votação, urnas e cédulas e que o GT responsável pelo tema acredita que ele deve ser aprovado como anexo da resolução. Aluizio Brito ressaltou que o manual prevê uma reunião de treinamento em novembro do ano que antecede a eleição. O conselheiro disse que o projeto de regimento eleitoral traz como novidades, além do manual, a qualificação das comissões eleitorais e o voto via internet. Aluizio Brito falou que, a partir de uma proposta feita pelos Conselhos Regionais da Décima Quinta e da Décima Sexta Regiões, o GT fez uma pesquisa e descobriu que os Conselhos Regionais de Contabilidade, Medicina e Administração já fazem uso da eleição via internet. Ele explicou que estes conselhos enviam a senha vinte dias antes da eleição para que as pessoas possam testá-la e existem resoluções e manuais sobre a eleição via internet dos membros dos conselhos dessas categorias. O conselheiro disse que o GT pediu aos Conselhos Regionais de Contabilidade, Medicina e Administração que enviassem os materiais que possuem sobre a eleição via internet e avaliou que a aplicação dela nos CRPs é viável. Aluizio Brito informou que é pequeno o número de recursos questionando a validade da eleição via internet nos Conselhos Regionais de Contabilidade, Medicina e Administração e falou que o GT acredita que a eleição via internet irá aumentar o número de votantes, que atualmente é de trinta e cinco por cento da categoria. O conselheiro disse que foi pedido aos Conselhos Regionais de Contabilidade, Medicina e Administração dados comparativos da quantidade de profissionais que votaram na eleição presencial e na eleição via internet, mas eles ainda não foram enviados. Aluizio Brito defendeu que as questões técnicas não impedirão a instalação da eleição via internet e a regulamentação dela já foi feita. Ele ressaltou que a discussão do ponto "eleição via internet" deve ser feita junto com o ponto "revisão do regimento eleitoral" e disse que, caso a eleição via internet seja aprovada, haverá um outro manual que deverá ser anexado à resolução do regimento eleitoral. O conselheiro presidente Humberto Verona informou que a proposta é que o ante-projeto de regimento eleitoral não seja votado na APAF de maio, mas sim discutido nos Plenários dos CRPs e CFP para que seja abordado na APAF de dezembro juntamente com a questão da eleição via internet. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti sugeriu que houvessem urnas eletrônicas em dois mil e treze porque o sistema de votação pode demorar para ser instalado e disse ser favorável à eleição via internet, mas acredita que os custos desse procedimento sejam elevados. Humberto Verona perguntou se o GT estava propondo a utilização de urnas eletrônicas, sistema eletrônico padronizado e cédulas e o conselheiro Aluizio Brito respondeu que sim. Aluizio Brito esclareceu que estava sendo proposta a eleição mista, que permite que o sujeito vote pela internet ou presencialmente. O conselheiro Celso Tondin perguntou como ficou a questão da cláusula que determina que se um conselheiro renuncia ao mandato ele não pode mais se candidatar. O conselheiro Aluizio Brito disse que essa questão foi discutida pelo GT e, da forma que está atualmente, o conselheiro que renunciou não poderá se candidatar nunca mais para eleições federais e regionais. Ele ressaltou que o conselheiro pode ter sido obrigado a renunciar devido a mudança de endereço, trabalho ou questões políticas e que, por conta disto, o GT é contrário à maneira como a questão é vista atualmente e defende que o

Handwritten notes and signatures on the right margin:
- Initials: JM, J.
- Signature: EP
- Initials: AD
- Signature: J.
- Initials: SM, J.
- Signature: J.
- Initials: J.
- Signature: J.

Handwritten signatures at the bottom of the page:
- Signature: J.
- Signature: J.
- Signature: J.

969 envolveu de alguma forma no processo terapêutico do apenado. A conselheira Cynthia
970 Ciarallo respondeu que não, pois o psicólogo do centro de observação criminológica
971 realizará uma avaliação psicológica do sujeito e outro profissional irá realizar o
972 acompanhamento psicossocial. A conselheira ressaltou que a lei de execução penal não
973 prevê que o psicólogo participe do acompanhamento psicossocial dos apenados, mas há
974 uma portaria interministerial que diz que deve haver psicólogos na equipes de saúde que
975 atuam no âmbito do sistema prisional. Clara Goldman perguntou a Cynthia Ciarallo se o
976 psicólogo que realizou a individualização da pena pode realizar perícia psicológica e ela
977 respondeu que sim e que são esses psicólogos que implicaram com a resolução. A
978 conselheira Cynthia Ciarallo disse que há casos em que o juiz determina que os
979 psicólogos que atuam no acompanhamento psicossocial realizem perícias psicológicas e
980 eles são obrigados a fazê-las, mesmo que esta não seja função deles. O conselheiro
981 presidente Humberto Verona disse que acha que a conclusão do GT foi o que está
982 escrito na resolução, que para ser perito é preciso atuar fora do sistema prisional. A
983 conselheira Sandra Amorim disse que, após uma conversa com a conselheira Adriana
984 Eiko, interpretou que o psicólogo que realiza acompanhamento psicossocial não deveria
985 realizar perícia, mas o psicólogo que realiza perícia não precisaria, necessariamente,
986 atuar fora do sistema prisional. A conselheira vice-presidenta Clara Goldman sugeriu a
987 seguinte redação para a alínea "a" do artigo quarto: "...não poderá ser realizada pelo
988 psicólogo que atua em estabelecimentos penais na modalidade de acompanhamento do
989 apenado". A conselheira Cynthia Ciarallo disse que a lei de execução penal determina
990 que no centro de observação criminológica devem haver psicólogos e que deve ser
991 discutido se o serviço desse profissional é realizar exame criminológico ou não. A
992 conselheira vice-presidente perguntou qual é a diferença entre um psicólogo que atua no
993 centro de observação criminológica e um psicólogo que atua como perito. Cynthia
994 Ciarallo respondeu que essa é uma realidade de outros estados porque no Distrito
995 Federal o profissional que realiza perícia faz parte do sistema prisional. O conselheiro
996 presidente Humberto Verona disse que, se a escrita estiver incorreta, a nova redação da
997 alínea "a" do artigo quarto poderá ser: "... não poderá ser realizada pelo psicólogo que
998 atua em estabelecimentos penais como profissional de referência para o
999 acompanhamento". A conselheira Cynthia Ciarallo perguntou se a alínea "b" do artigo
1000 quarto está dizendo que o psicólogo pode realizar exame criminológico e Humberto
1001 Verona respondeu que ele pode apenas realizar perícia psicológica. A conselheira Maria
1002 Ermínia Ciliberti disse que a resolução não pode conter medidas administrativas dos
1003 estados e sugeriu que a conselheira Adriana Eiko defina quais alterações podem ser
1004 feitas na resolução que não irão causar problemas com o que foi decidido pelo GT. O
1005 conselheiro presidente Humberto Verona esclareceu que, se o juiz pedir que o psicólogo
1006 faça um exame criminológico, ele deve realizar uma perícia psicológica. A conselheira
1007 Cynthia Ciarallo disse que o CFP não negou que o que será produzido irá subsidiar a
1008 decisão judicial, mas sim que ela será subsidiada com base em alguns elementos do
1009 relatório pericial e afirmou que o CFP terá que enfrentar diversas brigas se determinar
1010 que a perícia tem que ser feita por um profissional que esteja fora do sistema prisional.
1011 O conselheiro presidente Humberto Verona disse que é inacreditável que se tenha
1012 chegado a essa resolução, que contou com diversas contribuições, após o enfrentamento

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Cópia autenticada em
12/05/2011 às 10:22:00
por
1013

1013 de tantos problemas relacionados a ela. O conselheiro presidente avisou que precisava ir
1014 embora e deixou a Reunião Plenária as vinte horas e cinquenta minutos. A conselheira
1015 vice-presidente Clara Goldman passou a presidir a reunião e propôs que os temas
1016 fossem discutidos na seguinte ordem: Anuidades – Acompanhamento de Ações
1017 Judiciais, Crepop – Seminário de Metodologia de Pesquisa do Crepop, Democratização
1018 do Trânsito e Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Anuidades –**
1019 **Acompanhamento de Ações Judiciais.** Monalisa Barros informou que o conselheiro-
1020 presidente Humberto Verona e o Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria Geral da
1021 Presidência da República, Sr. Berger, se encontrarão na terça-feira, dia dez de maio de
1022 dois mil e onze, para discutir a questão das anuidades. A conselheira tesoureira
1023 informou também que os presidentes dos Conselhos Regionais acompanharão
1024 Humberto Verona em uma reunião com o Ministro Chefe de Secretária Geral da
1025 República Senhor Gilberto de Carvalho, no dia vinte de maio, de dois mil e onze, para
1026 discutir o assunto. **Crepop – Seminário de Metodologia de Pesquisa do Crepop.**
1027 Monalisa Barros informou que a APAF de dezembro de dois mil e dez deliberou que
1028 fosse feito um seminário nacional para discutir mudanças na metodologia antes da
1029 APAF de maio de dois mil e onze, que as referendaria. Ela disse que, no entanto, o GT
1030 que está trabalhando com o tema não teve tempo hábil para elaborar a construção da
1031 proposta e o seminário foi adiado para os dias quinze e dezesseis de julho. A conselheira
1032 falou que a APAF apenas será comunicada do processo e da alteração das datas do
1033 seminário. Monalisa Barros disse que o ciclo de pesquisas sobre segurança pública será
1034 deflagrado na metodologia antiga, mas o ciclo de pesquisas sobre o idoso será o projeto
1035 piloto da mudança da metodologia, que só será aprovada pela APAF de dezembro de
1036 dois mil e onze. **Apoio Financeiro na Publicação de Livro que Divulga os Trabalhos**
1037 **Apresentados no Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas de Goiás e**
1038 **Tocantins.** Monalisa Barros disse que esse ponto foi um pedido do Conselho Regional
1039 de Goiás e Tocantins e o Conselho Federal precisa decidir se irá apoiá-lo ou não. O
1040 conselheiro Celso Tondin perguntou como será atendida essa solicitação. Clara
1041 Goldman estabeleceu a seguinte ordem de discussão dos pontos da pauta da APAF:
1042 Apoio Financeiro na Publicação de Livro que Divulga os Trabalhos Apresentados no
1043 Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas de Goiás e Tocantins, A
1044 Psicologia nos Conselhos de Direitos, Política Unificada de Comunicação Para o
1045 Sistema Conselhos e Democratização do Trânsito. Retornando à discussão do ponto,
1046 Clara Goldman respondeu a Celso Tondin que acha estranho que isso seja um ponto de
1047 APAF. Monalisa Barros explicou que esse é um ponto de APAF porque está sendo
1048 pedido dinheiro da conta divulgação e esse dinheiro só sai com a aprovação da APAF.
1049 A conselheira tesoureira disse que o Conselho Regional está no direito de pedir esse
1050 dinheiro à APAF e que o Conselho Federal deve decidir se vai aceitar o pedido ou não,
1051 até porque os convidados que participaram do seminário foram os mesmos que
1052 estiveram presentes no seminário nacional de políticas públicas. Monalisa Barros falou
1053 que os conselheiros irão questionar porque o seminário regional dos estados de Goiás e
1054 Tocantins será financiado e os outros não. O conselheiro Celso Tondin disse que pode
1055 acontecer do financiamento ser aprovado para abrir precedentes para os seminários dos
1056 outros estados. Ele falou também que, caso o CFP vá negar o financiamento, deve

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

1057
1058
1059
1060
1061
1062
1063
1064
1065
1066
1067
1068
1069
1070
1071
1072
1073
1074
1075
1076
1077
1078
1079
1080
1081
1082
1083
1084
1085
1086
1087
1088
1089
1090
1091
1092
1093
1094
1095
1096
1097
1098
1099
1100

justificar os motivos ao Regional. A conselheira tesoureira Monalisa Barros disse que o argumento que será utilizado é que foi decidido em APAF que cada CRP receberá vinte mil reais para a realização do seminário de políticas públicas, sendo que o Conselho Regional de Goiás e Tocantins já recebeu este dinheiro e já gastou a quantia. Ela falou que se a publicação for financiada, a APAF deverá aprovar o aumento do montante destinado à realização de seminários regionais para todos os CRPs. A conselheira vice-presidenta ressaltou que esse foi o segundo seminário de políticas públicas realizado pelo Conselho Regional de Goiás e Tocantins e que os seminários regionais não interessam a todo o país. Ela disse que deve ser pensada uma solução que seja política e não só financeira. O conselheiro Celso Tondin disse que se a publicação do produto dos seminários regionais irá ocorrer regularmente é uma outra questão e para que isso ocorra devem ser estabelecidos critérios de avaliação dos materiais produzidos. A conselheira vice-presidenta ressaltou que a demanda do Conselho Regional de Goiás e Tocantins é endereçada à APAF e não ao CFP. Monalisa Barros disse que pode ser utilizado o argumento de que o seminário nacional do Crepop teve a mesma programação que o seminário regional realizado no Conselho Regional de Goiás e Tocantins, sendo que o seminário nacional já foi assistido por um representante de cada CRP, tornando desnecessária sua publicação. O conselheiro Celso Tondin disse que no seminário do Conselho Regional de Goiás e Tocantins ocorreram palestras diferentes das realizadas no seminário nacional. Clara Goldman questionou se é possível criar uma exceção para o financiamento da publicação e defendeu que CFP deveria recusar esta idéia porque os recursos da conta divulgação não devem ser liberados para ações regionalizadas. A conselheira Roseli Goffman disse que a conta divulgação tem um destino e uma finalidade que foram aprovados e que deve ser esclarecido para o grupo que os recursos da conta devem ser utilizados para ações unificadas. Ela defendeu que uma verba adicional seja destinada ao Conselho Regional de Goiás e Tocantins apenas se a APAF aprovar que ela seja destinada também a todos os outros CRPs. A conselheira Marilda Castelar questionou sobre uma publicação feita pelo Conselho Regional de Psicologia da Oitava Região (CRP-08) e Clara Goldman esclareceu que se tratava de um manual de normas e procedimentos. Marilda Castelar perguntou se, a partir deste manual, o CFP normatizou como os CRPs podem fazer suas publicações e a conselheira vice-presidente respondeu que está na consolidação das resoluções que o CFP será responsável pela normatização das publicações. **A Psicologia nos Conselhos de Direitos.** A conselheira Maria Ermínia Ciliberti lembrou que, dentro do planejamento estratégico do CFP, há um eixo chamado "controle social" que prevê a realização de uma reunião em julho e também há a previsão da realização de um grande evento sobre o tema em setembro, com um público de duzentas pessoas. A conselheira vice-presidente Clara Goldman sugeriu que fosse feita uma planilha contendo os CRPs que já indicaram os participantes para esse evento. Maria Ermínia Ciliberti disse que quer que o projeto seja aprovado para que possa ser dada continuidade a ele. Clara Goldman falou que não será difícil aprovar o projeto e ressaltou que não é necessária a formação de um GT para tratar do tema. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que o primeiro dia do evento deverá ser dedicado ao alinhamento entre os participantes e no segundo dia ocorreram oficinas. A conselheira vice-presidente perguntou se o

Handwritten notes and signatures on the right margin:
- "sup."
- "p."
- "OK"
- "40"
- "J"
- "sup"
- "se."

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:
- "UB"
- "x"
- "conf"
- "Alu"
- "sup"
- "se."

1101 projeto já foi enviado aos CRPs e Maria Ermínia Ciliberti respondeu que será enviado
1102 no dia dez de maio. **Democratização do Trânsito.** A conselheira Roseli Goffman pediu
1103 para começar por este ponto porque os conselheiros Aluizio Brito e Marilda Castelar
1104 estavam presentes. Ela disse que o CFP faz parte do Movimento Nacional pela
1105 Democratização do Trânsito (MNDT) e que não concorda que seja criado um outro
1106 movimento porque, na opinião da conselheira, haverão duas entidades enfraquecidas.
1107 Roseli Goffman defendeu o fortalecimento do MNDT. A conselheira vice-presidente
1108 Clara Goldman perguntou quem estava protagonizando o fórum de discussões e Roseli
1109 Goffman respondeu que era o Conselho Regional de Psicologia da Terceira Região
1110 (CRP-03). Clara Goldman questionou se eram profissionais atuantes na área de
1111 avaliação psicológica no trânsito e Roseli Goffman respondeu que sim. A conselheira
1112 tesoureira Monalisa Barros disse que o CRP-03 deseja transformar o MNDT em um
1113 fórum. A conselheira vice-presidente disse que era dito que o MNDT era um
1114 movimento da sociedade que possuía um diretriz da qual o CFP fazia parte. Ela disse
1115 que, em relação ao fórum, é dito que ele é formado por pessoas que não têm o mesmo
1116 nível de politização do MNDT e que querem tratar de questões específicas do contexto
1117 cooperativo. A conselheira Marilda Castelar disse que as críticas feitas ao MNDT são
1118 de que ele não funciona, não ouve e não acata questões consideradas importantes. Ela
1119 falou que a única novidade que há no movimento da Bahia é a inclusão da discussão
1120 sobre transportes alternativos, que acabou transformando o movimento em um grupo de
1121 estudos. Marilda Castelar disse ser importante considerar as especificidades de cada
1122 local, sendo que uma especificidade do CRP-03 é possuir uma Plenária com muitos
1123 psicólogos que atuam na área do trânsito. Ela ressaltou que a proposta do fórum ainda
1124 não está em um estágio avançado. Clara Goldman defendeu que a proposta do CRP-03
1125 fosse ouvida, mas defendeu que não cabe ao Sistema Conselhos deliberar sobre
1126 movimentos da sociedade organizada. Ela disse que é possível entender a necessidade
1127 política de outros grupos se organizarem, mas isso não precisa ser lançado em APAF. A
1128 conselheira Roseli Goffman disse que tirar a questão do trânsito e da mobilidade urbana
1129 do âmbito da conferência das cidades é um equívoco político porque não é possível
1130 abordar o tema sem inseri-lo nas questões urbanas. Clara Goldman perguntou quem
1131 propôs a idéia e Roseli Goffman respondeu que foi o CRP-03. Roseli Goffman disse
1132 que as ações realizadas pelo CFP em conjunto com outras entidades devem receber
1133 apoio financeiro e defendeu a realização de um planejamento estratégico do trânsito. A
1134 conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que não deve ser criada uma nova entidade do
1135 trânsito, mas não concorda que as entidades existentes estejam apenas no âmbito do
1136 ministério das cidades. Ela disse que o trânsito é uma demanda inter-setorial e
1137 interdisciplinar. O conselheiro Aluizio Brito disse que a questão do trânsito deve ser
1138 discutida como um todo e a proposta do CFP para o ponto é muito interessante. Ele
1139 ressaltou que algumas questões corporativas estão sendo demandadas dentro do
1140 trânsito e disse que, nos encontros de COEs e COFs, foi colocado que é preciso rever a
1141 história do título de especialista na resolução do Conselho Nacional de Trânsito
1142 (CONTRAN) e a história das dez avaliações do trânsito. Aluizio Brito falou que
1143 mostrou no encontro de COFs o histórico dos concursos que têm sido feitos e disse que
1144 é provável que os pontos que precisam ser revistos em relação ao trânsito sejam

1. OFÍCIO - RECABITA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

1145 mencionados na APAF. O conselheiro ressaltou que há muito tempo o CFP não discute
1146 esta questão e não lida com a área do trânsito. Ele informou que o Fabiane está sozinho
1147 na câmara temática por conta da mudança de governo e na última reunião feita entre
1148 eles e André Leonardi, foi discutido que há apenas duas entidades que defendem o título
1149 de especialista dentro da câmara temática. Aluízio Brito informou que em junho pode
1150 haver uma grande reformulação na câmara temática e algumas pessoas favoráveis ao
1151 título de especialista deixarão de fazer parte do grupo. Ele defendeu que todas as
1152 questões relativas ao trânsito sejam resolvidas em um planejamento estratégico. A
1153 conselheira vice-presidente Clara Goldman disse que, em função do grande tempo
1154 utilizado na COF para discutir questões ligadas ao trânsito, foi percebida a necessidade
1155 de um planejamento estratégico neste campo. Ela ressaltou que as questões sobre o tema
1156 que estão pautadas para a APAF refletem uma necessidade de mobilização, mas não
1157 abrangem a qualidade do trabalho que está sendo realizado em relação ao trânsito e, por
1158 conta disso, devem ser revistas. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que a área
1159 da saúde está pedindo que a atuação do psicólogo do trânsito seja ampliada e ressaltou
1160 que há discordâncias em relação à forma de realização da avaliação psicológica dos
1161 motoristas. Ela falou que não é certo condenar uma pessoa que não passou na avaliação
1162 psicológica para tirar a habilitação e sugeriu que essa questão seja discutida no Ano da
1163 Avaliação Psicológica. A conselheira disse que, no planejamento estratégico, o CFP
1164 deve buscar alianças com os CRPs porque todos desejam resolver as dificuldades
1165 encontradas na área do trânsito, a única diferença é que o CFP já avançou um pouco
1166 mais nas discussões. A conselheira vice-presidente Clara Goldman disse que está
1167 faltando um diálogo esclarecedor sobre o que o CFP quer propor em relação às ações
1168 unificadas. **Política Unificada de Comunicação para o Sistema Conselhos.** Roseli
1169 Goffman disse estar satisfeita com a questão da comunicação enquanto planejamento
1170 estratégico para dentro do Sistema Conselhos. No entanto, ela disse que não viu
1171 contemplado o movimento da comunicação para fora do Sistema, que abrange a
1172 parceria com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), com a
1173 Campanha pela Ética na Televisão e na criação dos Conselhos Estaduais e Municipais
1174 da Comunicação. A conselheira mencionou que o grupo de entidades ligadas à questão
1175 da comunicação tem força no Parlamento Nacional. Roseli disse que a comunicação
1176 para fora do Sistema foi esquecida e é preciso decidir se ela vai ou não ser uma política
1177 do Sistema, mesmo sendo uma política do Congresso Nacional de Psicologia e da
1178 APAF. A conselheira lembrou que na Plenária passada foi discutido que seria
1179 convocado um coletivo para participar das ações de comunicação e ela quer saber se o
1180 mesmo coletivo participará das ações para fora e para dentro do Sistema. Ela vê que os
1181 Conselhos Regionais continuam mandando algumas pessoas para as representações e
1182 outras têm vindo espontaneamente. Monalisa Barros disse que na descrição do ponto
1183 está escrito que deve ser discutido o encontro nacional dos assessores de comunicação e
1184 dos conselheiros responsáveis pela comunicação. Ela acredita que o encontro deve ser
1185 defendido e, dentro dele, ser tratada a questão da conjuntura ou propor outro ponto de
1186 APAF para tratar a comunicação do ponto de vista nacional. Monalisa Barros lembrou
1187 que, internamente, o grupo de trabalho responsável pelo tema pode decidir algumas
1188 ações que podem se tornar uma decisão do Conselho Federal. Ela resalta que na

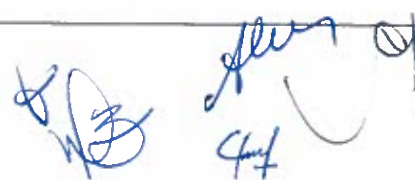
[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

1. OFÍCIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Escritório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas

1189
1190
1191
1192
1193
1194
1195
1196
1197
1198
1199
1200
1201
1202
1203
1204
1205
1206
1207
1208
1209
1210
1211
1212
1213
1214
1215
1216
1217
1218
1219
1220
1221
1222
1223
1224
1225
1226
1227
1228
1229
1230
1231
1232

descrição do ponto para a APAF consta a descrição do encontro nacional. A conselheira tesoureira informou que no Crepop, no encontro nacional, participam o conselheiro responsável e o técnico e há uma parte do encontro que os dois trabalham juntos e outra parte em que os dois ficam separados. Diante disso, ela sugere que no encontro nacional para tratar da comunicação haja um momento em que o conselheiro responsável e o assessor de comunicação trabalhem juntos e outro momento em que o conselheiro lide com a comunicação do ponto de vista político e o assessor trabalhe a comunicação do ponto de vista da atividade. Clara Goldman ressalta que não será possível fazer planejamentos estratégicos para todas as políticas que o Conselho Federal quer realizar. Ela disse que o objetivo é compartilhar com os Conselhos Regionais a forma que o Conselho Federal está lidando com a comunicação, principalmente a comunicação com os psicólogos. Ela quer que haja uma possibilidade de ampliação dessa forma de comunicação e acredita que a questão da democratização da comunicação do ponto de vista da luta da sociedade pode ser conversada em outra perspectiva que não a de um planejamento unificado. Clara Goldman ressalta que não há como realizar um planejamento estratégico sobre comunicação este ano. Ela disse ainda que a conselheira Roseli Goffman, juntamente com Humberto Verona e a Coordenadoria Técnica, podem encaminhar um ofício solicitando dos regionais quais são os atuais membros do coletivo. A conselheira vice-presidente defendeu a realização do encontro nacional e ressaltou que ele terá como principal objetivo discutir a comunicação dentro do Sistema Conselhos. Roseli Goffman disse que não há como fazer uma política de comunicação transformadora sem trabalhar o nível de conjuntura. Ela defende que os conselheiros que estão lidando com a comunicação para dentro do Sistema também sejam representantes nos conselhos estaduais de comunicação e representantes na discussão da televisão pública, pois ela defende que os projetos de conjuntura e da assessoria são unificados. Monalisa Barros disse que o ponto foi aprovado. **Escala Hare.** Monalisa Barros disse que não houve um consenso dentro do GT responsável pelo tema e o grupo sugeriu que a discussão do ponto se amplie para a apresentação de um projeto. Ela disse que a sugestão tem por finalidade ampliar a discussão sobre o tema e estabelecer um diálogo com as instituições de avaliação psicológica, especialmente o Satepsi, no intuito de mostrar a necessidade de se considerar novos critérios para a análise dos testes. A conselheira tesoureira esclareceu que a proposta é que sejam revistos os critérios de avaliação de testes do Satepsi para incluir questões de direitos humanos. Ela ressaltou que todos os conselheiros demonstraram ser favoráveis a isso em discussões anteriores e disse que o ponto foi vencido. **Credenciamento de Sites.** O conselheiro Aluizio Brito disse que a tarefa do GT responsável pelo tema era sistematizar as contribuições vindas dos CRPs para a reformulação da resolução sobre o credenciamento de sites. Ele informou que o GT anterior havia elaborado uma minuta de resolução. O conselheiro pediu que fosse projetado o documento produzido pelo GT que atualmente cuida do tema e explicou que nele foi feita uma tabela comparativa entre a resolução atual, a minuta elaborada pelo GT anterior e as contribuições dos CRPs. Aluizio Brito disse que esse documento será entregue ao CRPs para que eles possam analisá-lo. O conselheiro informou que o GT responsável pelo tema também recebeu a tarefa de planejar um seminário para discutir a relação entre psicologia, informática/internet e direito. Ele



1233 disse que o seminário seria aberto para toda a categoria e aconteceria em dois dias onde
1234 houvesse possibilidade, uma vez que há locais em que não existem muitos psicólogos
1235 que trabalhem nesta área. Aluizio Brito informou que, atualmente, a grande maioria dos
1236 sites que estão credenciados se concentram em São Paulo, Minas Gerais e Rio de
1237 Janeiro. Aluizio Brito esclareceu que a proposta é que o seminário seja realizado em um
1238 único dia nos CRPs pequenos e em dois dias nos CRPs grandes, sendo que no primeiro
1239 dia seria discutida a relação entre psicologia, informática/internet e direito e no outro dia
1240 seria discutida a minuta da resolução. Se a proposta for aprovada na APAF de maio, o
1241 conselheiro disse que os seminários ocorrerão até outubro e os resultados dos encontros
1242 serão sistematizados pelo GT para, em novembro, ser realizado um seminário nacional
1243 com a finalidade de discutir a relação entre psicologia, informática/internet e direito em
1244 uma manhã e analisar a minuta da resolução em um dia e meio. Aluizio Brito disse que
1245 a partir do seminário nacional será elaborada uma nova minuta da resolução, que será
1246 apresentada e votada na APAF. Ele disse que os participantes do seminário nacional
1247 podem ser conselheiros, gestores e psicólogos que atuem na área e o evento será
1248 custeado pela conta divulgação, assim como os seminários regionais. O conselheiro
1249 disse que a Plenária precisa decidir se o seminário nacional será deliberativo ou não e a
1250 conselheira tesoureira Monalisa Barros ressaltou que o seminário não pode ser
1251 deliberativo, mas sim indicativo, pois é na APAF que ocorrem as deliberações. Ela
1252 perguntou se algum conselheiro discordou da proposta do GT e todos aprovaram as
1253 sugestões apresentadas. **Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema**
1254 **Conselhos de Psicologia.** Monalisa Barros disse que o CFP irá solicitar a aprovação da
1255 APAF para uma proposta de modificação da política de orientação e fiscalização do
1256 Sistema Conselhos de Psicologia. O conselheiro Aluizio Brito disse que é necessário
1257 construir argumentos para justificar o pedido. A conselheira vice-presidente Clara
1258 Goldman disse que ao levar o doutor Fernando Aith para discursar na COF, está sendo
1259 feito um movimento de levar a nível nacional um questionamento da base da política do
1260 CFP. Ela disse que há argumentos que indicam que a política de orientação e
1261 fiscalização não está seguindo o caminho correto e essa questão deve ser discutida na
1262 APAF. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que percebeu, a partir da reunião de
1263 COFs, que é necessário discutir a questão das pessoas jurídicas. Ela disse também que
1264 foi combinado que seria levado à APAF que foi observado na reunião de COFs a
1265 necessidade da revisão de diversas políticas. A conselheira vice-presidente falou que
1266 isso deve ser colocado na APAF de forma didática por meio da apresentação de um
1267 número definido de razões que justifiquem a revisão da política de orientação e
1268 fiscalização. Ela disse que deve ser resgatado o que foi discutido no VII Congresso
1269 Nacional de Psicologia (CNP) sobre o tema e as razões pelas quais deve ocorrer o
1270 processo de reorganização da política de orientação e fiscalização. A conselheira Maria
1271 Ermínia Ciliberti disse que essa questão precisa ser discutida no Plenário do CFP e
1272 falou que, se for criado um GT para tratar do tema, ele deve ter um tempo hábil para
1273 elaborar uma proposta de revisão da política. **Revisão do Regimento Interno da**
1274 **APAF.** A conselheira vice-presidente Clara Goldman leu o seguinte texto: "a APAF
1275 discutirá a possibilidade de alteração de seu regimento no que tange ao comparecimento
1276 dos suplentes às reuniões. A proposta de alteração do Regimento da APAF foi discutida

1365 maior possibilidade de investimento e disse que essa pactuação poderia ser feita na
1366 Reunião de Presidentes. Os conselheiros presentes indicaram algumas conferências que
1367 consideram prioritárias: mulher, cidades, saúde, SUAS, criança e adolescente,
1368 assistência social, idoso e trabalho. A conselheira tesoureira Monalisa Barros informou
1369 que o CFP recebeu uma nova justificativa do CRP-06 aprofundando o ponto, na qual
1370 consta que o CRP deseja que o Sistema Conselhos de Psicologia apóie o PL SUAS
1371 porque isso poderia refletir mais um compromisso social e crítico da Psicologia com as
1372 políticas públicas. Ela disse que a justificativa aborda a precarização da implantação em
1373 todo o país e a ameaça que existe para a política unificada se consolidar. A conselheira
1374 tesoureira leu o texto: “Os psicólogos têm apontado para o Sistema Conselhos a
1375 necessidade de fortalecer o SUAS, já conforme deliberações do VI CNP, por exemplo,
1376 que foram reiteradas e ampliadas nas deliberações do VII CNP (teses 138 e 151), frutos
1377 de várias propostas levantadas e deliberadas nas etapas regionais e preparatórias do
1378 CNP. O SUAS vem apontando como um dos espaços em que psicólogos e a psicologia
1379 vem encontrando milhares de oportunidades de se inserir como profissionais e como
1380 profissão e oferecer contribuições para a garantia da promoção de direitos à proteção
1381 social.”. A conselheira tesoureira disse que na APAF será construído como se dará o
1382 apoio ao PL SUAS. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que politicamente não
1383 há como ser contra o PL SUAS, mas acha complicada a fragmentação orçamentária. Ela
1384 disse que a assistência social está indo bem, mas está cometendo os mesmos erros que
1385 ocorreram no SUS e o PL SUAS tem muitos pontos em comum com o projeto do SUS.
1386 A conselheira vice-presidente Clara Goldman disse que o CRP-06 será ouvido.
1387 **Comemorações dos 50 Anos da Psicologia.** A conselheira vice-presidente Clara
1388 Goldman disse que as propostas iriam ser apresentadas na APAF passada, o que acabou
1389 não ocorrendo, mas as discussões já foram introduzidas nos CRPs. Ela disse que há um
1390 projeto para uma mostra que visa fazer uma re-edição melhorada da outra mostra que
1391 houve. A conselheira vice-presidente falou que a mostra ocorrerá possivelmente em São
1392 Paulo, que é onde a maior parte das pessoas pode ir e é onde há recursos. Ela defendeu
1393 que fosse feita uma mostra que retratasse a diversidade da Psicologia. O conselheiro
1394 Aluizio Brito disse que haverá uma Reunião Plenária para tratar e tentar reduzir as
1395 atividades que o CFP está realizando, o que é contraditório com a proposta de realização
1396 de uma mostra. No entanto, ele disse ser favorável à mostra. Clara Goldman explicou
1397 que a mostra será realizada em dois mil e doze, mas precisa ser precedida por eventos
1398 regionais. Ela disse que em dois mil e doze não haverá ano temático para que a questão
1399 dos cinquenta anos da Psicologia possa ser trabalhada e as discussões e mobilizações
1400 possam ocorrer. A conselheira vice-presidente disse que a mostra nacional pode ser uma
1401 culminância dos eventos regionais e os CRPs podem indicar as experiências que
1402 acreditam ser interessantes para se trabalhar na mostra nacional. A conselheira Maria
1403 Ermínia Ciliberti disse que a mostra anterior foi um sucesso porque atingiu diretamente
1404 os psicólogos e as pessoas puderam mandar seus trabalhos sem que eles fossem
1405 submetidos à avaliação de diversas comissões. Clara Goldman disse que a idéia não é
1406 que os eventos regionais sejam um critério pulverizador do que irá para a mostra
1407 nacional e a conselheira Maria Ermínia Ciliberti perguntou se nem tudo que será
1408 apresentado na mostra nacional passará pelos eventos nos CRPs. A conselheira vice-

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

1409
1410
1411
1412
1413
1414
1415
1416
1417
1418
1419
1420
1421
1422
1423
1424
1425
1426
1427
1428
1429
1430
1431
1432
1433
1434
1435
1436
1437
1438
1439
1440
1441
1442
1443
1444
1445
1446
1447
1448
1449
1450
1451
1452

presidenta disse que se for feita somente uma mostra nacional e muitos psicólogos não puderem comparecer, eles serão privados do conhecimento de diversas práticas da psicologia que têm sido desenvolvidas a nível regional. Ela disse que espera poder contar com o financiamento da conta divulgação para que as mostras regionais também possam acontecer, mesmo não sendo uma obrigatoriedade a realização de eventos regionais. A conselheira Marilene Proença lembrou que o espaço onde será realizada a mostra deve ser reservado com bastante antecedência e Clara Goldman ressaltou que antes de reservar o espaço é preciso que o financiamento da mostra pela conta divulgação seja aprovado em APAF. A conselheira vice-presidente lembrou que é preciso decidir quais conselheiros ficarão responsáveis pela organização da mostra. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que deveria ser pensado em fatos fora da Psicologia que contribuíram para os cinquenta anos de história da profissão. A conselheira tesoureira Monalisa Barros sugeriu que fosse criada a Comunidade Nacional dos Cinquenta Anos da Psicologia porque é o que sempre é pedido nos CNPs. O conselheiro Celso Tondin disse que como a mostra estará voltada para os psicólogos e não para toda a população brasileira deverão ser pensadas uma série de ações para a sociedade. A conselheira vice-presidenta Clara Goldman disse que o encaminhamento para o ponto é pensar em uma ação voltada para o diálogo com a sociedade sobre a construção da Psicologia nos cinquenta anos. A conselheira tesoureira Monalisa Barros falou que a comemoração dos cinquenta anos da Psicologia é motivo para que seja feita uma grande campanha em rádio, televisão e revista, sendo que é preciso pensar em como isso será feito. Clara Goldman disse que as demandas da campanha vieram de setores que sempre defenderam a reserva de mercado e Monalisa Barros falou que isso não impede que a campanha seja feita sem propor a exclusividade. A conselheira vice-presidenta disse que o foco da campanha dos cinquenta anos pode ser a defesa dos direitos humanos. Monalisa Barros perguntou se no planejamento estratégico álcool e outras drogas foi pactuada uma campanha na mídia e Clara Goldman explicou que essa campanha visa posicionar a questão do usuário, dos seus direitos e interesses e das políticas públicas deficitárias, tendo como horizonte o preconceito aos usuários de álcool e outras drogas. A conselheira vice-presidenta acrescentou que o foco da campanha dos cinquenta anos da Psicologia é a valorização da profissão do psicólogo. O conselheiro Celso Tondin perguntou se os conselheiros se lembravam da campanha "Psicologia em todos os lugares" e disse que, nesta campanha, o cartaz era a peça mais visível, mas haviam folders que mostravam como identificar se uma pessoa era psicólogo ou não e divulgavam práticas corretas e incorretas da profissão. Ele disse que os psicólogos reclamam que a sociedade tem denunciado pouco e sugeriu que a campanha cinquenta anos popularizasse a necessidade de se exigir um serviço de qualidade ética. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti falou que a campanha pode mostrar os diversos campos onde a Psicologia está presente porque essa divulgação trará um retorno social na medida em que a população saberá onde pode acessar os serviços oferecidos pelos psicólogos. Ela disse também que os psicólogos têm muito a comemorar. A conselheira Marilene Proença disse que para a comemoração dos cinquenta anos deve ser reservado um espaço de destaque para a questão da memória da Psicologia, pois há projetos muito interessantes que devem ser divulgados. A

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

1453
1454
1455
1456
1457
1458
1459
1460
1461
1462
1463
1464
1465
1466
1467
1468
1469
1470
1471
1472

1473

1474
1475
1476
1477
1478
1479
1480
1481
1482
1483
1484
1485
1486
1487

conselheira tesoureira Monalisa Barros disse que no dia seguinte os conselheiros deverão iniciar a reunião às nove horas e combinar como serão divididos os sub-grupos de trabalho, pois há pessoas que participam de mais de um GT. Ela ressaltou que alguns conselheiros que não estavam presentes na Reunião Plenária naquele momento estariam presentes no dia seguinte e a estrutura física já estaria montada. A conselheira tesoureira disse que os GTs deveriam trabalhar separadamente e depois compartilhar com os demais conselheiros o que foi discutido. Ela lembrou também que os formulários com as atividades dos GTs precisam ser preenchidos e falou que os temas dos GTs são: saúde, educação, assistência social, ciência e comunicação, gênero e étnico-racial, política e orientação de fiscalização e formação. A conselheira vice-presidenta Clara Goldman disse que algumas áreas poderiam ter um orçamento conjunto e ressaltou que o GT de formação irá trabalhar separadamente, mas os GTs de ciência, comunicação, gênero e étnico-racial terão que trabalhar juntos. Ela sugeriu que o responsável pela área do idoso conversasse com os participantes dos GTs de saúde e de assistência social para propor ações conjuntas. Clara Goldman ressaltou que também serão trabalhados os temas: trânsito, sistema prisional e organizações e trabalho. A Reunião Plenária foi encerrada às vinte e duas horas e cinquenta e três minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Deise Maria do Nascimento

Conselheiro Presidente Humberto Cota Verona Humberto Cota Verona

Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento Deise Maria do Nascimento

Conselheiro Aluizio Lopes de Brito Aluizio Lopes de Brito

Conselheira Roseli Goffman Roseli Goffman

Conselheira Heloíza Helena Mendonça Massanaro Heloíza Helena Mendonça Massanaro

Conselheira Adriana Eiko Matsumoto Adriana Eiko Matsumoto

Conselheira Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti

Conselheira Tânia Suely Brasileiro Tânia Suely Brasileiro

Conselheiro Celso Francisco Tondin Celso Francisco Tondin

Conselheira Clara Goldman Ribemboim Clara Goldman Ribemboim

Conselheira Monalisa Nascimento dos Santos Barros Monalisa Nascimento dos Santos Barros

Conselheira Marilene Proença Rebello de Souza Marilene Proença Rebello de Souza

Conselheira Marilda Castelar Marilda Castelar

Conselheira Ana Paula Porto Noronha Ana Paula Porto Noronha

W

1. OFICIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

- 1488 Conselheira Ana Luiza Castro
- 1489 Conselheira Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo *Cynthia Rejane*
- 1490 Conselheira Sandra Maria Francisco de Amorim *Sandra Maria*

1. OFICIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00102278

CARTÓRIO MARCELO RIBAS
1. OF. DE REGISTRO DE PESSOAS
JURÍDICAS
SUPER CENTER - ED. VENANCIO 2000
SDS. 0.08 BL. B-60 SL. 140-E 1. ANDAR
BRASÍLIA/DF - TELEFONE: 224-4026
Registrado e Arquivado sob o
numero 00004634 de livro n. A-09 em
12/8/1998. Dou fé.
Protocolado e microfilmado sob
n.00102278
Brasília, 02/08/2011.

Titular: Marcelo Caetano Ribas
Subst.: Edlene Miguez Pereira
Geraldina do Carmo A. Rodrigues
Eunice de Oliveira Pacheco
Edileuza Miguez Pereira Franco
Francineide Góes de Jesus
Marcus Antonio da C. Oliveira
Michelle Barros Lima
Maria Lúcia C. Zorla Gripp
Rosimar Alves de Jesus
Selo: TJDFT20110210007406VFDK
Para consultar www.tjdf.jus.br

CARTÓRIO MARCELO RIBAS
Emolumentos: R\$ 123,41
Tab: J I

1 Ata da Sexta Reunião Plenária do XV Plenário do Conselho Federal de Psicologia, que
2 ocorreu no dia sete de maio de dois mil e onze, na sede do Conselho, situada em
3 Brasília – Distrito Federal. Os trabalhos iniciaram-se às dez horas e quatro minutos. A
4 reunião foi composta pelos conselheiros Aluizio Lopes de Brito, Ana Luiza de Souza
5 Castro, Henrique José Leal Ferreira Rodrigues, Adriana Eiko Matsumoto, Celso
6 Francisco Tondin, Heloíza Helena Mendonça Massanaro, Flávia Cristina Silveira
7 Lemos, Maria Ermínia Ciliberti, Márcia Mansur Saadallah, Marilda Castelar, Marilene
8 Proença Rebello de Souza, Roseli Goffman, Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo,
9 Tânia Suely Azevedo Brasileiro e Sandra Maria Francisco de Amorim. A reunião foi
10 presidida pelo conselheiro Aluizio Brito, que pediu que fosse projetado o formulário
11 que os conselheiros deveriam preencher. Ele informou que o planejamento estratégico
12 do CFP seria entregue aos conselheiros e explicou como os formulários deveriam ser
13 preenchidos. Aluizio Brito disse que a conselheira Flávia Lemos não estará presente
14 porque um membro de sua família adoeceu. Foi acordado na Reunião Plenária do dia
15 anterior que os Grupos de Trabalho (GTs) se reuniram para discutir as ações que serão
16 realizadas por eles e para preencher os formulários contendo o centro de custo de cada
17 ação. Os GTs se reuniram às dez horas e vinte e dois minutos da seguinte forma: GT
18 Comunicação: Roseli Goffman e Marilda Castelar; GT Gênero étnico racial e mulheres:
19 Marilda Castelar, Flávia Lemos e Roseli Goffman; GT Trânsito: Roseli Goffman,
20 Aluizio Brito, Cynthia Ciarallo e Maria Ermínia Ciliberti; GT Formação / ABEP: Tania
21 Brasileiro, Marilene Proença, Marilda Castelar e Celso Tondin; GT Educação: Marilene
22 Proença, Tania Brasileiro e Celso Tondin; GT Ciência: Henrique Rodrigues e Flávia
23 Lemos; GT Saúde: Heloíza Massanaro, Maria Ermínia Ciliberti e Sandra Amorim; GT
24 Assistência Social: Márcia Mansur, Flávia Lemos, Marilda Castelar e Sandra Amorim;
25 GT Criança e Adolescente: Sandra Amorim, Flávia Lemos, Cynthia Ciarallo e Márcia
26 Mansur; GT sobre política de orientação e fiscalização: Aluizio Brito, Maria Ermínia
27 Ciliberti, Adriana Eiko e Celso Tondin; GT Memória: Henrique Rodrigues, Marilda
28 Castelar, Marilene Proença e Flávia Lemos; GT Sistema Prisional: Adriana Eiko; GT
29 Psicologia Organizacional e do Trabalho: Adriana Eiko e Marilda Castelar; GT
30 Diversidade: Celso Tondin, Cynthia Ciarallo e Marilda Castelar; GT Psicologia do
31 Esporte: Henrique Rodrigues e Tania Brasileiro; GT Psicoterapia: Henrique Rodrigues.
32 Os formulários contendo os centros de custo foram preenchidos pelos integrantes dos
33 GTs e foram entregues ao coordenador contábil do Conselho Federal de Psicologia. A
34 Reunião Plenária foi encerrada às quatorze horas. Nada mais havendo a tratar, eu,
35 conselheiro secretário ad-hoc Aluizio Lopes de Brito lavrei a presente ata, a qual foi lida
36 e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

37 Aluizio Lopes de Brito
38 Conselheira Roseli Goffman Roseli Goffman
39 Conselheira Heloíza Helena Mendonça Massanaro Massanaro
40 Conselheira Adriana Eiko Matsumoto Eiko
41 Conselheira Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large 'M' and several illegible signatures.

Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00102279



- 42 Conselheira Tânia Suely Brasileiro _____
- 43 Conselheiro Celso Francisco Tondin _____
- 44 Conselheira Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo _____
- 45 Conselheira Sandra Maria Francisco de Amorim _____
- 46 Conselheira Marilene Proença Rebello de Souza _____
- 47 Conselheira Marilda Castelar _____
- 48 Conselheiro Henrique José Leal Ferreira Rodrigues _____
- 49 Conselheiro Adriana Eiko Matsumoto _____
- 50 Conselheira Ana Luiza de Souza Castro _____
- 51 Conselheira Márcia Mansur Saadallah _____
- 52 Conselheira Flávia Cristina Silveira Lemos _____

CARTORIO MARCELO RIBAS
1. OF. DE REGISTRO DE PESSOAS
JURÍDICAS
SUPER CENTER - ED. VENANCIO 2000
SGS, Q.08 BL. 6-60 SL. 140-E 1. ANCAR
BRASÍLIA/DF - TELEFONE: 224-4026

Registrado e Arquivado sob o
Número 00004634 do livro n. A-09 em
28/8/1998 . Dou fé.
Protocolado e microfilmado sob
n.00102279
Brasília, 02/08/2011.

Titular: Marcelo Casetano Ribas
Subst.: Edlene Miguel Pereira
Geraldina do Carmo A. Rodrigues
Eunice de Oliveira Pacheco
Edileuza Miguel Pereira Franco
Francineide Gomes de Jesus
Marcus Antonio da C. Oliveira
Michelle Barros Lima
Maria Lúcia C. Burtle Griep
Rosimar Alves de Jesus

Selo: TJDFT20110210007404HOKH
para consultar www.tjdf.jus.br

CARTORIO MARCELO RIBAS
Emolumentos: R\$ 123,41
Tab: J I